

ENTREVISTA FERRO RODRIGUES “Esforço de combate às *fake news* não pode ser apenas legislativo”



LUCÍLIA MONTEIRO



QUANDO A COBERTURA MEDIÁTICA CAUSA TRAUMA

JORNALISMO E CINEMA O MEDO DA FICÇÃO | **MEMÓRIA** MITOS E REALIDADES DO TEMPO DA CENSURA | **JANELAS PARA O MUNDO** LUCÍLIA MONTEIRO
HISTÓRIAS DE JORNALISTAS O LOCUTOR DE RÁDIO QUE FOI INFORMADOR DA PIDE | **SITES** LIÇÕES DO MASSACRE DE CHRISTCHURCH

MAIS INOVAÇÃO MAIS SAÚDE

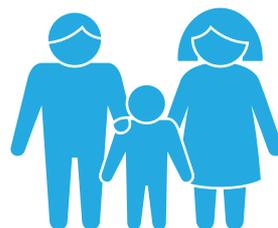


73
%

IMPACTO DOS
MEDICAMENTOS
NA ESPERANÇA
DE VIDA

Fonte: Lichtenberg, 2012

A investigação e o desenvolvimento de medicamentos inovadores permite que hoje vivamos mais, com mais saúde e mais qualidade de vida.



+ 6 anos

Fonte: OCDE

1990

2014

A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA
CONTRIBUI PARA
O PROGRESSO ECONÓMICO
E SOCIAL DE PORTUGAL

8.000
Empregos
Directos

1.081 M€
Exportações

1.700 M€
Produção
Farmacêutica

88 M€
Investimento
em I&D

137
Ensaios
Clínicos

Fonte: INE, Infarmed, IPCTN

COMPROMISSO PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Director	Mário Zambujal
Direcção Editorial	Eugénio Alves Paulo Martins
Conselho Editorial	Fernando Cascais Fernando Correia Francisco Mangas José Carlos de Vasconcelos Manuel Pinto Mário Mesquita
Grafismo	José Souto
Secretária de Redacção	Palmira Oliveira

Colaboram neste número

Carla Martins, Diana Andringa, Fernando Correia, Gonçalo Pereira Rosa, Jacinto Godinho, João Miguel Rodrigues, Joaquim Fidalgo, José Frade, José Rocha, Leonor Ferreira, Lucília Monteiro, Luís Taklim, Mário Rui Cardoso, Martins Morim, Miguel Carvalho, Rui Pacheco e Sofia Branco.

A ortografia dos artigos publicados nesta revista corresponde à opção dos respetivos autores.

Propriedade	CLUBE DE JORNALISTAS A produção desta revista só se tornou possível devido aos seguintes apoios: ● Santander Totta ● Casa da Imprensa ● Lisgráfica ● Fundação Inatel
Tratamento de imagem	Impress Estrada da Ribeirinha, nº 92 Pavilhão D Alcolombal de Baixo 2705-832 Terrugem
Impressão	Lisgráfica, Impressão e Artes Gráficas, SA Casal Sta. Leopoldina, 2745 QUELUZ DE BAIXO
Tiragem deste número	2.000 ex.
Redacção, Distribuição, Venda e Assinaturas	Clube de Jornalistas R. das Trinas, 127 1200 Lisboa Telef. - 213965774 e-mail: cj@clubedejornalistas.pt

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SÓCIOS DO CLUBE DE JORNALISTAS E AOS ASSOCIADOS DA CASA DA IMPRENSA PERIODICIDADE TRIMESTRAL

Site do CJ
www.clubedejornalistas.pt

6 ANÁLISE 1 MÉDIA E TRAUMA
A dor da gente não sai no jornal
A cobertura mediática de acontecimentos trágicos pode produzir efeitos danosos a três níveis. Desde logo, nas vítimas e seus próximos, por avivar o trauma. Mas igualmente no público e nos próprios jornalistas.
Por Diana Andringa

16 ANÁLISE 2 JORNALISMO E CINEMA
Repórteres e cineastas: o medo da ficção
Jornalista de investigação e docente universitário, Jacinto Godinho debate os laços entre jornalismo e cinema, através de uma abordagem tão rigorosa quanto profunda, sem receio de suscitar controvérsia.
Por Jacinto Godinho

22 MEMÓRIA
JORNALISTAS E JORNALISMO NO TEMPO DA CENSURA: REALIDADES E MITOS
Nos 45 anos do 25 de Abril de 1974, é oportuno e importante mais uma vez evocar, para memória futura, mas também para reflexão actual, o que foi a Censura fascista nas décadas salazarentas até finais de 60 e depois prosseguida, muito toscamente disfarçada, pelo marcelismo. **Fernando Correia**

30 HOMENAGEM
Carlos Veiga Pereira **Por Paulo Martins**
José Queirós **Por Joaquim Fidalgo**

34 ENTREVISTA FERRO RODRIGUES
“Esforço de combate às *fake news* não pode ser apenas legislativo”
O presidente da Assembleia da República elegeu o futuro do Jornalismo como um dos temas a debater por ocasião do 45.º aniversário do 25 de Abril. **Eugénio Alves e Paulo Martins**

42 JANELAS PARA O MUNDO
VENEZUELA, ASSIM NA TERRA
COMO NO CÉU **Por Lucília Monteiro**

48 HISTÓRIAS DE JORNALISTAS
O LOCUTOR DE RÁDIO QUE FOI
INFORMADOR DA PIDE **Por Gonçalo Pereira Rosa**

54 SINDICATO
DEBATER O PAPEL DO ESTADO É URGENTE
Por Leonor Ferreira



JORNAL
[56] Noticiário
[58] Sites
[62] Livros

66 CRÓNICA
REPORTAGEM ONTEM E HOJE **Por Rui Pacheco**

Assine a JJ



JJ – Jornalismo e Jornalistas
A única revista portuguesa editada por jornalistas exclusivamente dedicada ao jornalismo

Indispensável para estudantes, professores, investigadores e todos os que se interessam pelo jornalismo em Portugal e no mundo

Pretende ter um acesso fácil e seguro à JJ?

Assine a nossa revista, recebendo em sua casa, regularmente, os quatro números que editamos por ano, num total de 256 páginas, por apenas 10 euros, bastando enviar-nos os elementos constantes do cupão junto

Dossiês ● análises ● entrevistas ● notícias ● resenhas
● crónicas ● comentários ● memórias
Imprensa ● Rádio ● Televisão ● Jornalismo digital
● Fotojornalismo ● Cartoon

Ao longo de mais de quinze anos, a JJ tem-se afirmado, quer nas salas de redacção quer nas universidades, como uma ferramenta fundamental para todos os que pretendem estar informados sobre a reflexão e o debate que, no país e no estrangeiro, se vão fazendo sobre o jornalismo e os jornalistas.

JORNALISMO & JORNALISTAS

Assinatura anual > 4 números: > 10 Euros

(INCLUI PORTES DE CORREIO)

Nome.....
Número de Contribuinte.....
Morada.....
Código postal.....Localidade.....
Contactos...../...../
Profissão (fac.).....Idade (fac.).....
Desejo assinar a JJ com início no nº

Para o respectivo pagamento envio cheque nº.....
Banco.....
Data..... Assinatura.....

Clube de Jornalistas - R. das Trinas, 127 r/c - 1200 857 Lisboa

Uma edição do
Clube de Jornalistas

Rua das Trinas, 127 r/c 1200 857
Lisboa
Telef. 213965774
e-mail: cj@clubedejornalistas.pt

Site do CJ
www.clubedejornalistas.pt



A Lisgráfica imprime mais de 15 milhões de exemplares por semana de revistas, jornais, listas telefónicas e boletins.

A Lisgráfica é a maior indústria gráfica da Península Ibérica. Apenas na área de publicações, é responsável pela impressão de mais de 100 títulos diferentes. O que significa dizer que todos os dias a maioria dos portugueses tem contacto com os nossos produtos.





MÉDIA E

Correspondentes de guerra
arriscam-se a desenvolver sintomas
de stress pós-traumático



A cobertura mediática de acontecimentos trágicos pode produzir efeitos danosos a três níveis. Desde logo, nas vítimas e seus próximos, por avivar o trauma. Mas igualmente no público, pelo medo e angústia que é passível de suscitar, e nos próprios jornalistas, também seres humanos, expostos a distúrbios mentais, e cuja dor não é muitas vezes conhecida. Diana Andringa, jornalista que tem investigado a questão, empreende nestas páginas uma reflexão cada vez mais necessária, com a ajuda de especialistas, como ela ligados ao Centro de Trauma do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Propõe a criação de um núcleo especialmente vocacionado para o estudo e acompanhamento de casos de Distúrbio de Stress Pós-Traumático.

TRAUMA

A DOR DA GENTE NÃO SAI NO JORNAL

Diana Andringa *

*"Ninguém morou na dor que era o seu mal
A dor da gente não sai no jornal"*

Chico Buarque, Notícia de Jornal

Desastres, mortes, catástrofes, conflitos, violência são matérias frequentes nos órgãos de Informação, mesmo naqueles cujo tema não é - pelo menos abertamente - "espreme que sai sangue". São, também, situações potencialmente geradoras de Distúrbio de Stress Pós-Traumático (normalmente referido como PTSD, Post-Traumatic Stress Disorder) - uma patologia reconhecida pela American Psychiatric Association (APA), em 1980, e pela Organização Mundial de Saúde a partir de 1992 - e que a APA definia em 2000 como "o desenvolvimento de sintomas característicos a seguir à exposição a um stressor traumático extremo, implicando uma experiência pessoal direta, com um acontecimento que envolva morte ou ferimento grave, ou outra ameaça à integridade física; ou observar um acontecimento que envolva morte, ferimento ou ameaça à integridade física de outra pessoa; ou ter conhecimento acerca de uma morte violenta ou inesperada, ferimento grave ou ameaça de morte ou ferimento vivido por um familiar ou amigo íntimo", acrescentando que "a resposta da pessoa ao acontecimento deve envolver um medo intenso, sentimento de incapacidade de obter ajuda ou horror (ou, em crianças, a resposta deve envolver comportamentos agitados ou desorganizados)".

Mais recentemente, em 2013, a APA viria a considerar que o PTSD poderia surgir, além de por exposição direta, testemunho e tomada de conhecimento, por "exposição repetida ou extrema a pormenores aversivos dos acontecimentos traumáticos". Daí a necessidade, para jornalistas e órgãos de informação, de ponderar cuidadosamente a cobertura e o tratamento noticioso desses acontecimentos, tendo em conta que a abordagem pode vir a refletir-se, a curto, médio e longo prazo, na saúde mental não apenas das vítimas e seus próximos, mas também da comunidade envolvente - o público - e, naturalmente, na dos próprios profissionais dos média.

Na verdade, os jornalistas que fazem a cobertura dessas situações são sujeitos, eles também, a uma imensa tensão, desde logo no seu primeiro contacto com os diretamente envolvidos - muito dos quais severamente traumatizados - mas também no esforço de conseguir conciliar, no tratamento noticioso, rigor e compaixão, distância e compromisso com a defesa dos Direitos Humanos, a obrigação de informar e o respeito pela privacidade, equilíbrio que o contexto emocional tende a dificultar. Acrescendo a isto que, em alguns casos, para lá de relatores do acontecimento traumático, podem vir a ser eles próprios vítimas primárias dele.

JORNALISTAS: TRAUMA "EM SEGUNDA MÃO"?

Como refere o Dart Center for Journalists and Trauma - um projeto da Escola Superior de Jornalismo da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, com delegações em Londres e Melbourne, que bem poderia inspirar uma versão lusófona - os jornalistas confrontam-se com desafios fora do comum, ao cobrir conflitos ou tragédias. Interagem com vítimas com um

elevado grau de sofrimento. Muitas vezes, constroem um muro de defesa profissional entre eles e os sobreviventes e outras testemunhas que entrevistam. Mas, depois de privarem e falarem com pessoas que sofreram perdas imensas, esse mesmo muro pode impedi-los de reagir à sua própria exposição à tragédia. E, no entanto, vários ficam marcados pela tragédia que acabaram de reportar. Pela dor

Vários jornalistas ficam marcados pela tragédia que acabaram de reportar. Pela dor dos outros. Pela sua impotência perante essa dor. Pela culpa de a testemunharem sem a sofrer

dos outros. Pela sua impotência perante essa dor. Pela culpa de a testemunharem sem a sofrer. Ou de, terminado o seu trabalho, poderem fazer as malas e partir. De regresso à redação, não há tempo para refletir naquilo por que passaram. Novos trabalhos os esperam, a história que acabaram de viver é já passado e a sua dor, se a têm, não é tema de jornal.

Poucos dias após a destruição das torres gémeas de Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001, Al Tompkins, do Poynter Institute for Media Studies, assinalou: "Repórteres, fotojornalistas, engenheiros de som e de imagem, produtores no ter-



Os repórteres não estão a salvo da emoção, ao narrarem tragédias

reno, trabalham muitas vezes lado a lado com o pessoal dos serviços de emergência. Os seus sintomas de Stress Pós-Traumático são muito semelhantes aos de polícias e bombeiros que trabalham na sequência imediata da tragédia, mas normalmente recebem pouco apoio após terem enviado as suas histórias. Enquanto ao pessoal de emergência é dado aconselhamento após o trauma, os jornalistas são, simplesmente, enviados para cobrir outra história".

Mergulhados na nova investigação, limitam-se, muitas vezes, a surpreender-se com uma irritabilidade acrescida perante contrariedades comezinhas, maior dificuldade de concentração, insónias frequentes e uma espécie de impaciência perante tarefas que antes os entusiasmavam, como se, de repente, o dia-a-dia se tivesse tornado enfadonho. Mas a vida continua, há prazos dos trabalhos a cumprir, o tempo - que parece ter-se acelerado - falta até para falar com colegas, família e amigos, quanto mais para a introspeção...

No entanto, a exposição a histórias traumáticas - tão comum aos jornalistas - pode provocar alterações profundas nestes profissionais, normalmente mais atentos aos outros do que a si próprios e em relação aos quais não se verifica, por parte das instituições a que pertencem, e até dos camaradas de redação, a atenção e o cuidado prodigalizadas a outros grupos profissionais expostos aos mesmos cenários.

Embora já em 1974 Sarah Haley tenha descrito a perturbação causada nos terapeutas pelo trabalho com veteranos de guerra, e desde 1980, se admita que os efeitos do PTSD podem ser transmitidos a pessoas que não estiveram diretamente expostas à situação traumática, a noção de "traumatização indireta" é ainda bastante recente e mais recente ainda o reconhecimento da possibilidade do seu aparecimento entre jornalistas.

Duas classificações surgem, normalmente, em relação a

esta espécie de "trauma em segunda mão": Stress Traumático Secundário e Traumatização Vicariante. Por vezes usados para classificar o mesmo fenómeno, alguns autores (Baird & Kracen, 2006, Deighton, Gurriss & Traue, 2007) consideram que estes termos representam fenómenos diferentes, resultando o Stress Traumático Secundário da tensão derivada de viver ou cuidar de alguém com PTSD (Figley, 1998), podendo a pessoa que interage ou que tem uma ligação emocional com a vítima de trauma experienciar sintomas semelhantes, pela exposição às reações emocionais e físicas do traumatizado e a Traumatização Vicariante (McCann & Pearlman, 1990; Pearlman & Saakvitne, 1995) da exposição e do envolvimento empático com histórias traumáticas, refletindo-se em mudanças cognitivas, afetivas e relacionais, com impacto na alteração da visão sobre si próprio, sobre os outros e sobre o mundo. Seria então essa "traumatização vicariante" a mais comum entre jornalistas que, mesmo quando não assistem ou acorrem ao acontecimento traumático que descrevem, recolhem os relatos de quem o sofreu.

Em 2002, um estudo sobre correspondentes de guerra indicou que cerca de um terço destes desenvolve, num momento ou outro da sua carreira, sintomas de PTSD. Vários outros estudos apontam no mesmo sentido, mostrando, também, que nem sempre é necessária a presença física nos locais onde ocorrem as situações para que os profissionais venham a sofrer desse distúrbio. Mas esta é "a dor da gente que não sai nos jornais", porque o jornalista é o narrador da história de outros, não um protagonista dessa história.

Essa será, eventualmente, uma das razões para a falta de atenção dos jornalistas e dos órgãos de Informação em relação aos efeitos nos profissionais das situações que são levados a cobrir. Outra poderá ser uma certa cultura existente nas redações, impiedosa para aqueles que dão parte de fracos

(seja chorando durante um "direto" de uma zona de guerra, seja escusando-se a avançar para locais de perigo ou, estando neles, pedindo para serem retirados do local).

Pessoalmente, só ao fazer o curso de Psicotraumatologia do Centro de Trauma do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (em ligação com a ESTSS, European Society for Traumatic Stress Studies), pude dar nome a algumas experiências que tinha vivido, após fazer, em 1983, para a RTP, uma série de reportagens sobre refugiados (era o tempo dos *boat-people*, mas também dos que fugiam da Guatemala, de Salvador, da Nicarágua, do Afeganistão, da guerra civil em Angola).

Recordei o editor de vídeo que, na sala de montagem ao lado daquela em que trabalhava, me veio perguntar se o meu trabalho ainda demorava muito, porque as histórias que ouvia aos meus entrevistados há muitos dias lhe perturbavam o sono. Lembrei-me de como saíra, em lágrimas, a meio do filme "A Missão", numa cena que me recordava algumas dessas histórias que tinha ouvido na América Latina, como a do camponês guatemalteco que me falou da aldeia cercada, dos pais e mães obrigados a deixar os filhos na igreja e ficar a ver enquanto o exército incendiava o edifício e se ouviam os gritos das crianças que morriam queimadas. De como durante tanto tempo continuara a ouvir vozes como a da professora salvadorenha golpeada, queimada e violada com uma espingarda pelos militares, que me pediu desculpa das suas lágrimas, "porque é doloroso recordar, mas é importante que no teu país saibam o que fazem os soldados de Napoléon Duarte" ou a da catequista guatemalteca que me contara, em tom monocórdico e enquanto fazia maquinalmente tamales, a morte de 17 membros da sua família, assassinados pelo Exército de Ríos Montt.

E lembrei-me também como, nesse tempo em que não havia correio eletrónico nem telemóveis, estando uma equipa de três pessoas - eu, um operador de câmara e um assistente - em campos de refugiados e zonas de conflito durante mais de três meses, a única preocupação demonstrada connosco à chegada foi o número de horas extraordinárias feitas na deslocação...

Deve-se ao trabalho de grupos como o Dart Center uma maior consciência de que - por estranho que a nós próprios por vezes pareça - os e as jornalistas também são seres humanos e também podem sofrer os efeitos das histórias que cobrem. Recentemente - recorrendo a uma "bengala linguística" atualmente muito em voga - "fez-se História" na Austrália, quando o Tribunal de Comarca de Victoria declarou que um jornal, como qualquer empresa, tem "o dever de tomar precauções quanto ao risco de lesão previsível, incluindo lesão psiquiátrica" dos seus trabalhadores. A decisão poderá vir a ter consequências internacionais, alertando as empresas de média para eventuais pedidos de compensação, se não tiverem os necessários cuidados com os jornalistas que

cobrem regularmente eventos traumáticos.

A 22 de fevereiro, o tribunal condenou o jornal The Age, de Melbourne, ao pagamento de uma indemnização de cerca de 113 mil euros a uma jornalista, por lesão psicológica sofrida durante a década em que nele trabalhou. A jornalista, que o tribunal identificou apenas como "YZ", trabalhara nas secções de Crime e Tribunais, tendo coberto mais de 32 homicídios e sofrido ameaças ligadas a alguns dos casos que acompanhara. Depois de se ter queixado de já não conseguir suportar "morte e destruição", chegara a ser colocada na secção de Desporto, mas foi persuadida a mudar para a de Tribunais, onde voltou a ser exposta à narração e imagens de crimes horrendos.

Em tribunal, "YZ" alegou que o jornal não tinha nenhum sistema que a ajudasse a lidar com o trauma do seu trabalho, não lhe providenciara apoio e treino para a cobertura de acontecimentos traumáticos, não entrevistara quando ela e outros se queixaram e transferira-a para a reportagem de tribunais, depois de ela já ter feito saber que não conseguia suportar o trauma que sentira na reportagem de crimes.

Embora o jornal tenha contestado que ela sofresse de PTSD e argumentasse que ela deveria saber que o seu trabalho "implicava um elevado risco de lesão", o tribunal decidiu a favor da jornalista. Durante o julgamento, foi notório algo atrás referido e que estudos académicos têm confirmado: o facto de a cultura vigente nas redações con-

tribuir para que os jornalistas receiem expressar preocupação em relação à cobertura de acontecimentos traumáticos, por medo de parecerem fracos ou incapazes para o trabalho. A mensagem implícita é: "Endurece, princesa!"

Na Austrália há já, no entanto, uma empresa de média que faz a diferença: a Australian Broadcasting Corporation tem, há uma

década, um programa de apoio interpares. Como testemunham os próprios, coisas aparentemente tão simples como telefonar a um/a camarada de trabalho que esteja a cobrir uma situação potencialmente geradora de trauma podem fazer toda a diferença.

As alterações depressivas do humor, os comportamentos dissociativos e os comportamentos aditivos são respostas frequentes na sequência do impacto de uma experiência traumática, mas o mais destacado desses quadros de sofrimento é, sem dúvida, o Distúrbio de Stress Pós-Traumático. Este surge em resposta a uma situação potencialmente geradora de trauma psicológico e manifesta-se, após um período de latência de algumas semanas ou meses, através de comportamentos de evitamento e de reexperienciação do acontecimento perturbador (memórias intrusivas como flashbacks, pesadelos) bem como de hiperativação (insónias, dificuldade de concentração irritabilidade, impulsividade).

Há uma certa cultura nas redações, impiedosa para aqueles que dão parte de fracos, seja chorando durante um "direto" de uma zona de guerra, seja escusando-se a avançar para locais de perigo



Repetição exaustiva de imagens de incêndios reaviva o trauma das vítimas

Acrescem, por vezes, sentimentos de "embotamento afetivo", afastamento dos outros, desinteresse, ou mesmo ideação suicida. Há repercussão do desempenho em termos pessoais, familiares, profissionais e sociais. São estes os sinais de alerta a que os jornalistas - os próprios e os seus camaradas de trabalho - as empresas de Comunicação Social e as organizações da classe devem prestar atenção. Como o caso de "YZ" demonstrou, podemos não acreditar no PTSD dos jornalistas, mas ele existe.

JORNALISMO: RETRAUMATIZAÇÃO DAS VÍTIMAS?

Se é importante que as empresas tenham em conta que os jornalistas também sofrem os efeitos das situações potencialmente geradoras de trauma, não menos importante é que os jornalistas, ao chegar ao local do acontecimento que devem cobrir, não esqueçam que vão encontrar vítimas e seus familiares, muitas vezes em estado de choque. E, sabendo que esse estado de reação ao acontecimento traumático pode deixar essas pessoas desorientadas e confusas, cabe aos jornalistas protegê-las do risco de retraumatização que a própria cobertura jornalística pode provocar.

Também nesse capítulo o Dart Center tem um papel de relevo, difundindo manuais sobre trauma e recomendando regras de conduta para os jornalistas no terreno. Algumas dessas regras, além de óbvias, fazem parte do nosso Código Deontológico - como a que manda "respeitar a privacidade dos cidadãos" e "antes de recolher declarações e imagens, atender às condições de serenidade, liberdade, dignidade e responsabilidade das pessoas envolvidas" (artigo 10) - e também do Estatuto do Jornalista - "abster-se de recolher decla-

rações ou imagens que atinjam a dignidade das pessoas através da exploração da sua vulnerabilidade psicológica, emocional ou física" (artigo 14.º, n.º 2, d). Assim, nas "dicas" sobre como entrevistar vítimas, lê-se que devem ser tratadas com "dignidade e respeito - como desejaríamos que nos tratassem na mesma situação".

E aqui é impossível não recordar reportagens como aquela em que um jovem jornalista de televisão perguntou a uma das vítimas de um acidente de aviação, que acaba de saber que ficou tetraplégica, "e como é que vai lidar com isso?". Ou aquela outra em que uma jornalista - também de televisão - pergunta a uma mãe cujos filhos morreram no incêndio da barraca onde os deixara sozinhos durante o tempo de ver a telenovela na barraca vizinha: "E não se sente culpada pela morte dos seus filhos?".

Passo por cima de todas as vezes que jornalistas perguntam a vítimas de desastres ou seus familiares o batido e inútil "e o que é que sente?" - segundo Mark Brayne, antigo diretor para a Europa do Dart Center, a mais abusada e menos pertinente de todas as perguntas jornalísticas - para referir um caso contado, na sequência do incêndio em Pedrógão, por uma psicóloga bombeira: uma jornalista, que insistia em obter imagens de uma mulher que se escusava, protestou que estava a ser impedida de fazer o seu trabalho, "por pessoas que se calhar nem tinham sofrido nada". A pessoa em causa tinha perdido vários familiares no incêndio.

Prevenido situações como esta, Mark Brayne, recomenda, em "Trauma & Journalism, A Guide for Journalists, Editors & Managers": "Onde há indivíduos em óbvio sofrimento, aceite que por vezes é preciso oferecer ajuda e suporte antes de

começar o trabalho de reportagem. Apesar de tudo, em primeiro lugar somos seres humanos e só depois jornalistas". E também que, seja qual for a forma como as vítimas reajam, uma extrema calma ou um imenso desespero, tenhamos em conta o impacto emocional do que se passou, aproximando-nos das pessoas com cuidado, respeito e gentileza. Cuidado, respeito, gentileza desaparecem muitas vezes sob a pressão da redação, do editor, da concorrência - o espetáculo dos jornalistas em ação lembra mesmo, por vezes, o abater de uma matilha sobre a presa.

Como também escreve Mark Brayne em "Emotions, trauma and good Journalism": "Os relatos televisivos de um acidente de avião podem mostrar parentes no aeroporto em choque ao saberem que um avião atrasado caiu com a perda de todos a bordo. E além de mostrar os que lamentam a perda de seus entes queridos, as filmagens por trás deles revelam fileiras furiosas de câmaras e repórteres. O pequeno grupo de parentes é literalmente cercado por jornalistas cujo único real interesse é o espetáculo da dor para ilustrar sua nova grande história".

À já referida pergunta "e como se sente?", disparada a pessoas que acabaram de perder um familiar, um amigo, a casa, somam-se outros lugares comuns que, à medida que se instala nos media a cultura do fait divers sensacionalista, se torna cada vez mais frequente nas reportagens televisivas. "Com demasiada frequência, jornalistas que cobrem tragédias como um tiroteio, uma tragédia comunitária ou um processo judicial envolvendo violência sexual, ficarão de pé diante da câmara e declararão solenemente que esse povoado ou essa escola nunca se recuperará. Dirão também que estão ali profissionais especializados para apoiar as vítimas, mas poucos compreendem o que isso significa (...)", notou Mark Brayne naquela obra.

Já por várias vezes me ocorreu, também, perante imagens em direto de um acidente de viação, sem cuidar de ocultar os pormenores, se a reportagem não poderá estar a dar a alguém "conhecimento acerca da morte violenta ou inesperada, ferimento grave ou ameaça de morte ou ferimento vivido por um familiar ou amigo íntimo". Ou seja: a provocar um trauma. Ou, nos casos de insistentes repetições de imagens de catástrofes, a retraumatizar vítimas e próximos.

Profissionais que acompanharam de perto as vítimas dos grandes incêndios de 2017, referiram, em reuniões organizadas pelo Centro de Trauma, que as pessoas que passaram por esses acontecimentos e os seus familiares e amigos, se queixam de ver sistematicamente repetidas as imagens do desastre nos noticiários televisivos, de ouvir ad nauseam a expressão "estrada da morte" e, por vezes, de constatarem que se expuseram demasiado, sob o efeito do choque, pelo que gostariam que as reportagens em que aparecem deixassem de ser emitidas.

Um exemplo: uma pessoa que conseguira fugir da Estrada Nacional 236, entrevistada pouco depois por um canal de televisão, declarou não saber se teria atropelado alguém na sua fuga. Não é esse um daqueles casos em que o/a jornalista deveria ter recordado o artigo 10º do Código Deontológico e o 14.º, n.º 2, d) do Estatuto? E fará sentido, em cada aniversário ou ocasião em que o tema ressurgir, repetir as imagens da emoção de um governante que, sabe-se, fora também, anos antes, vítima de um incêndio? Conciliar o cuidado com a retraumatização das vítimas e a necessidade de noticiar exige dos jornalistas uma reflexão que nem sempre o fluxo noticioso permite.

Não se trata de condenar cegamente as reportagens sobre situações potencialmente geradoras de stress traumático ou as entrevistas com vítimas, familiares, ou membros das equipas de socorro. Apenas de ter em conta que o relato de um acontecimento traumático nem sempre é positivo para a vítima, podendo, pelo contrário, fazê-la passar de novo pela provação que acaba de viver. E que, por vezes, o silêncio e a privacidade são mais indispensáveis às vítimas do que a recolha de depoimentos e de lágrimas aos repórteres.

Há outros factos a ter em consideração: a investigação tem demonstrado que as experiências traumáticas decorrentes de catástrofes naturais provocam menos problemas crónicos naqueles a elas expostos (Riggs & Foa, 2004) do que as causadas por mão humana (violência abusiva, guerra,

perseguições ou mesmo acidentes de viação). Ora o que fizemos nós com os grandes incêndios dos últimos anos? Precipitámo-nos na busca de culpados, como se responsabilizar alguém, a GNR, a EDP, a PT, o Governo, os próprios bombeiros, resolvesse algum problema imediato ou aliviasse o luto das populações envolvidas. Mas seria de facto - para a comunidade que somos e para a qual trabalhamos - o melhor a fazer naquele momento? Ou poderíamos/devíamos ter tido em conta que há um tempo para o luto e um tempo para apontar responsabili-

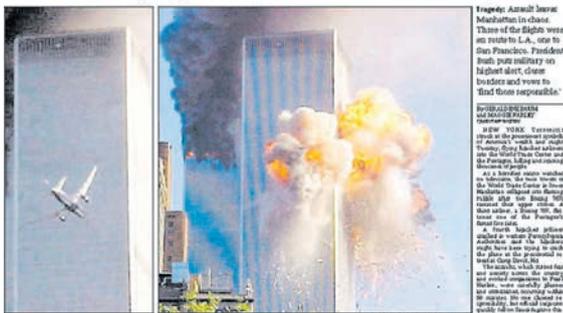
dades - e, sobretudo, para apontar soluções e verificar o seu cumprimento?

Recorde-se que a atual correspondente da RTP em Madrid, Daniela Santiago, que participou na cobertura da tragédia resultante da queda da ponte Hintze Ribeiro, em 4 de março de 2001, viria, na sua tese de mestrado - "O reforço da televisão. Uma visão diferente sobre a tragédia de Entre-os-Rios", mais tarde editada em livro pela Minerva Coimbra - a defender que, "apesar de todas as críticas acerca do trabalho dos jornalistas", a comunicação social "desempenhou um papel extremamente importante para a população

O relato de um acontecimento traumático nem sempre é positivo para a vítima, podendo, pelo contrário, fazê-la passar de novo pela provação que acaba de viver. Por vezes, o silêncio e a privacidade são mais indispensáveis às vítimas do que a recolha de depoimentos e de lágrimas aos repórteres

TERRORISTS ATTACK NEW YORK, PENTAGON

Thousands Dead, Injured as Hijacked U.S. Airliners Ram Targets; World Trade Center Is Destroyed



11 September 2001. An aerial view of the World Trade Center towers in New York City, taken from a high altitude, shows the towers and the surrounding area. A large plume of smoke and debris is visible rising from the base of one of the towers, indicating the impact of the hijacked airplane.

Special: Assault Inevitable
Manhattan in chaos. Three of the flights were on routes to L.A., San Francisco. President Bush puts military on highest alert, close to war. Leaders and voters to 'find their inspiration'.

NEW YORK (AP) — A hijacked plane crashed into the World Trade Center on Tuesday, and another plane hit the Pentagon, killing and wounding thousands of people.

A fourth hijacked plane crashed in a field near Shanksville, Pa., about 85 miles from Washington. The plane was carrying 60 people.

The attacks on the World Trade Center and the Pentagon were the deadliest acts of terrorism in U.S. history.

The World Trade Center towers were destroyed, and the Pentagon was damaged. The attacks caused the deaths of nearly 3,000 people.

The hijacked planes were flying from hijacked airliners. The hijackers were not identified.

The attacks were a surprise. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

The attacks were a warning. The hijackers were not known to anyone.

Pesquisas após o 11 de setembro de 2001 documentaram reações de stress, angústia e tristeza

psicóloga clínica no Júlio de Matos. Percebi logo que "os meus meninos" eram os jornalistas, e "os dela" os pacientes que seguia no hospital. Desafiei-a para um café, durante o qual me explicou que a guerra do Kosovo vinha há muito a aumentar as perturbações chegadas ao hospital.

Era uma guerra europeia, mais próxima e, logo, mais assustadora, e a nossa forma de noticiar - batalhas, destruições, mortos, muitas vezes passando por cima do contexto, já várias vezes contado - davam ao público a ideia de uma violência sem razão que, tal como irrompera no Kosovo, podia irromper em Portugal, um perigo imediato e imprevisível, que desestabilizava as pessoas mais frágeis e irrompia nas psicoses de alguns dos seus doentes.

Lá lhe argumentei que não podíamos deixar de informar, mas a Tina conhecia-me há anos suficientes para não desistir: precisaríamos mesmo de dar todos os dias imagens que em nada adiantavam ao conhecimento do que se passava e só perturbavam quem as via? Para dizer a verdade, não. Na maior parte dos dias, limitávamo-nos a fazer uma macabra contabilidade de mortos e feridos, em cidades desconhecidas para a maior parte dos portugueses, sem que isso contribuísse de algum modo para o esclarecimento do público, menos ainda para a solução do problema.

Sai do café angustiada. A ideia de que havia pessoas cuja doença piorava pela nossa ação profissional era-me difícil de enfrentar. Conhecia a Tina para saber que não estava a falar por falar, mas sabia que não era fácil convencer jornalistas e editores a trocar os mortos de cada dia por uma peça aprofundada no final da semana, ou quando alguma verdadeira notícia justificasse falarmos do tema. Mas talvez esse seja um aspeto de que só nos apercebemos quando - por folga, baixa, desemprego ou reforma - estamos longe da redação, na situação de consumidores (e não fazedores) de notícias.

Em todo o caso, esses são aspetos também tratados pelo Dart Center. Entre os materiais que podemos encontrar na sua página, um texto de 2005, intitulado "Covering trauma: Impact in the public", aborda a questão dos efeitos da cobertura mediática de acontecimentos traumáticos. Chamando a atenção para que quase toda a informação então existente se referia a casos com múltiplas vítimas e se baseava sobretudo em noticiários televisivos, avançava-se que a investigação confirmava que o público consome mais noticiários e lhes presta mais atenção em ocasiões de catástrofe.

Pesquisas levados a cabo após o 11 de setembro de 2011 documentaram reações de stress, angústia e tristeza. Foram documentados dois casos de reação psicótica. E um inquérito feito a 2273 adultos estadunidenses dois meses depois mostrou uma correlação entre o número de horas de visionamento de notícias sobre os atentados e a prevalência de provável PTSD, sendo esta mais elevada nos habitantes de Nova Iorque. Parecia assim poder haver uma relação entre angústia subclínica e consumo dos média entre adultos não diretamente afetados pelo acontecimento. A escassa literatura existente à época não permitia generalizações, não estando determinado se as pessoas angustiadas consomem mais notí-



Reportagens sobre refugiados também sujeitam os jornalistas a experiências dolorosas

cias traumáticas ou se são estas a criar-lhes angústia. A cobertura mediática pode, contudo, avivar o trauma das pessoas afetadas pelos acontecimentos.

Do mesmo modo, embora diversos estudos indiquem que, nas crianças, a exposição a um número elevado de notícias sobre situações traumáticas está associada a um maior nível de sintomas de PTSD, problemas comportamentais e ansiedade, não foi possível determinar se esses fenómenos são causados pela exposição aos média ou se são as crianças mais angustiadas que consomem mais esse tipo de notícias. Os estudos sugerem, no entanto, que após a exposição as crianças mostram medo, preocupação, tristeza e angústia. A presença de imagens e a proximidade geográfica são fatores que podem potenciar essas reações.

Voltando-nos de novo para nós, jornalistas: como lembra Mark Brayne, a tradicional fantasia jornalística de invulnerabilidade e distância não passa mesmo disso, de fantasia. Também nós podemos sofrer traumas e, na sequência, desenvolver depressão, ansiedade, problemas relacionais, se calhar alguma tendência para abuso de álcool ou calmantes. Por isso, se após um trabalho em situação propiciadora de trauma ou de grande sofrimento moral (refugiados, crianças abusadas, suicídio juvenil...) tiverem pensamentos intrusivos sobre eles, flashbacks ou pesadelos; se se sentirem incapazes de ser felizes ou de planear o futuro, e experimentarem sintomas de maior irritabilidade ou angústia, não tenham receio de

passar por fracos, consultem um especialista, falem com os camaradas de redação.

Citando Kapuscinski: o jornalismo não é uma profissão para cínicos - e poder desenvolver Distúrbio de Stress Pós-Traumático é por vezes o preço a pagar por isso. Alguns estudos

mostram que a prevalência de PTSD nos jornalistas tende a ser maior do que na população geral. Jornalistas expostos a situações traumáticas podem ser mais suscetíveis a problemas de saúde, como hipertensão e ataques cardíacos.

Talvez possamos diminuir esse risco profissional acrescentando este tema nos currícula dos cursos de jornalismo e integrando-o nas reivindicações laborais, desenvolvendo grupos de apoio interpares e - porque não? - criando um núcleo especialmente

vocacionado para o estudo e acompanhamento dos casos de PTSD não apenas para os jornalistas portugueses, mas para todos os jornalistas falantes de Português.

Impossível? Sejamos realistas e passemos à prática. ■

* Com Guida Manuel, psicóloga, investigadora do Centro de Trauma do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, e Luísa Sales, psiquiatra, coordenadora do Centro de Trauma.

Tal como os terapeutas, também os jornalistas podem dar significado aos traumas vivenciados pelos que entrevistam. Uma boa história, contada com princípio, meio, fim e um infinito respeito por aquele ou aquela cuja história contamos, pode ajudar à sua recuperação



Soluções de Crédito Pessoal

**Estamos aqui
para o que precisar**

Remodelação da Casa

Informe-se em

www.santander.pt

 **Santander**



“Citizen Kane”
adensa as críti-
cas à influência
maquiavélica
dos jornalistas
na vida moderna

JORNALISMO E CINEMA

Jornalista de investigação e docente universitário, Jacinto Godinho debate os laços entre jornalismo e cinema, através de uma abordagem tão rigorosa quanto profunda, sem receio de suscitar controvérsia. Procurando perceber em que medida um campo influenciou – contaminou – o outro, aponta a tese da crise de identidade do Jornalismo. O artigo que se segue foi originalmente publicado na edição de dezembro de 2018 da revista *Electra*. Pela sua pertinência, é reproduzido na JJ, com um agradecimento à Fundação EDP.

REPÓRTERES E CINEASTAS: O MEDO DA FICÇÃO

Jacinto Godinho

“A distinção entre ficção e não ficção é falsa. Só existe história.”

Suchan, 2004

Recuperando uma frase batida de Lacan, que sustenta que a verdade tem a estrutura da ficção, proponho pensar o real do jornalismo sentado numa sala de cinema. Que filme ver? *Citizen Kane* (1941), para adensar as críticas de Karl Kraus à influência maquiavélica dos jornalistas na vida moderna? Ou assistir a *Spotlight* (2015), para recuperar um orgulho e heroicidade que parecem perdidas? O jornalismo de investigação continua a ser a bandeira que se levanta, desde o *Caso Watergate – All the President’s Men* (1976), para enfrentar as crises de legitimidade e as acusações de degradação nas práticas jornalísticas. Podem ver-se inúmeros filmes que têm os jornalistas como protagonistas, consoante se queira defender ou atacar o jornalismo.

Um filme é como a *“Alegoria da Caverna”*, de Platão, serve todas as ideologias. Proponho um filme que não fala de jornalismo, nem de jornalistas, mas desafia uma reflexão diferente sobre os actuais dilemas da narrativa e do olhar jornalísticos, se aceitarmos olhá-lo de esguelha como olhamos para a anamorfose numa pintura de Holbein. O filme *Rashomon* (1950), de Akira Kurosawa, pode ser essa anamorfose capaz de indicar variadas perspectivas ao jornalismo actual, porque o mediador dos mediadores parece ser incapaz de se reflectir a si próprio.

Quando se fala de jornalismo há crises para todos os gostos. Temos a crise da sobrevivência económica, com os impressionantes números das quedas de vendas da imprensa, extinções de títulos e desemprego crescente de profissionais. Em sentido contrário, postula-se uma crise de sobredimensionamento global do jornalismo, possibilitada pela proliferação dos meios digitais e pelo chamado fenómeno do jornalista-cidadão. Por todo o lado, indivíduos armados de *smartphones* publicam as suas histórias em cima dos acontecimentos. Fabricam-se assim públicos

habitados a consumir informação de acordo com os seus preconceitos e tendências. Tornando-se dominante, esta cultura contamina e condiciona os próprios órgãos de informação tradicionais. Para terem sucesso económico, abandonam as normas de objectividade e imparcialidade e passam a promover facções sociais e políticas, económicas e culturais.

O jornalismo arrisca a sua essência quando vai em busca do instantâneo, da indignação e do feroz juízo moral, as condições cada vez mais presentes nas redes sociais. Estes novos públicos não procuram narrativas profundas, afirma o filósofo alemão nascido na Coreia do Sul Byung Chull Han, no ensaio *“No Enxame”* (2013). Para Han, a indignação digital “não é capaz nem de acção nem de narração. É um estado afectivo que não desenvolve qualquer força potente de acção”.

Esta imensa produção de informação digital parece celebrar a narrativização do mundo, mas no fundo destrói-a pelo excesso, tal como a massa de comentarismo repentista nos jornais, rádios e televisões vai destruindo a real possibilidade de interpretação que exige respeito, distância e reflexão.

Para completar este quadro de desfiguração, é preciso referir também o crescente fenómeno da “judicialização” do jornalismo. Em Portugal, os casos judiciais mais fracturantes envolvendo figuras públicas são tratados através de peças

tendenciosas e de linhas editoriais que tomam descaradamente o partido de um dos lados. O sucesso comercial desta estratégia é evidente para determinados órgãos de informação, entre os quais se destaca o *Correio da Manhã*. Mesmo os jornais considerados de referência apresentam versões, mais ou menos mascaradas, deste jornalismo de facção ou inquisitorial, em que cada título de peça noticiosa é já uma sentença que dispensa futuros julgamentos.

Portugal tem interessante matéria de estudo desde o “Caso Casa Pia”, passando pelo “Caso Maddie” até à chamada “Operação Marquês”. Todos foram naturalizando a prá-

A imensa produção de informação digital parece celebrar a narrativização do mundo, mas no fundo destrói-a pelo excesso, tal como a massa de comentarismo repentista nos jornais, rádios e televisões vai destruindo a real possibilidade de interpretação que exige respeito, distância e reflexão

tica de um jornalismo de facção, típico dos tablóides mas que actualmente ganhou variantes sofisticadas nos jornais de referência, de tal forma que nítidos exemplos de tabloidização são apregoados de jornalismo de investigação. Continua a haver jornalismo por todo o lado, desfigurado, desnaturalizado, esvaído ou monstrualizado. Mas será que ainda se pode falar de jornalismo?

A verdadeira crise do jornalismo é portanto uma crise de identidade. Que narrativas da vida, que experiências únicas e diferenciadas, podem oferecer, actualmente, os jornalistas dentro desta nova configuração digital? Explorar a hipótese de ainda existir um caminho para a narrativa jornalística, pensando-a num confronto com a narrativa de ficção, parece ser uma via perigosa, tendo em conta que a disseminação das formas da narrativa ficcional, trabalhadas pelo cinema, é em grande parte responsável pela referida desfiguração do jornalismo. No fundo, trata-se de uma nova tentativa para realizar a operação hegeliana da “identidade dos contrários”, em que a mediação se revela não no meio mas nos extremos e os extremos são, neste caso, o jornalismo e a ficção.

Hoje, o jornalismo de investigação definha, trabalhando com meios miseráveis enquanto o cinema pega depois nas histórias e faz delas uma indústria sedutora e milionária vista por milhares em todo o mundo. Uma das tarefas urgentes do pensamento passa por desconstruir a vida que a ficção cinematográfica nos apresenta. Refiro especialmente o cinema de massas, mas também as séries televisivas, cujos padrões narrativos foram adoptados como receita de sucesso pelo tabloidismo. São as histórias de heróis e vilões as que mais abundam nas redes sociais. Esta canibalização de narrativas jornalísticas, pelas atraentes formas da ficção, não é fácil de mapear, nem de resolver. Mas interrogar o outro do jornalismo que é a ficção permite pensar se as razões da contaminação não advêm antes de uma identidade comum artificializadamente separada pela cultura moderna.

Desde a divisão histórica, estabelecida por Mallarmé em “*Crise de Vers*” (1897), entre a Universal Reportagem e a Literatura que o dualismo verdade/ficção vem organizando o pensamento moderno. Casos como o mito da encenação radiofónica de “*A Guerra dos Mundos*” (1938)



“O caso Spotlight” recupera o orgulho e heroicidade da atividade jornalística

realizada por Orson Welles, fundindo reportagem e literatura, não fizeram mais do que manter vivo, na cultura moderna, o aviso artificial e simbólico, do perigo do cruzamento de fronteiras entre as narrativas do real e as da ficção. O axioma da separação natural entre jornalismo e ficção naturalizou as diferenças e ocultou as dependências. É tempo para pensar de outra forma as relações entre as escritas da realidade e as escritas de ficção, procurando uma nova luz sobre a situação actual do jornalismo.

O jornalismo sempre teve uma sedução pela literatura. Desde os primórdios que nas redacções se diferenciaram os jornalistas entre aqueles que sabiam escrever bem, os redactores, e os outros. Escrever bem, nestes casos, significava opinar sobre vastas matérias, em crónicas e editoriais, mostrando domínio erudito do português.

Quem melhor o fazia eram os escritores e por isso muitos deles foram também considerados jornalistas, como Eça de Queiroz, Vitorino Nemésio, António Ferro, Aquilino Ribeiro, José Saramago, entre outros. Alguns dos valores do jornalismo português vêm destas incursões dos escritores pelos jornais, originando um pacóvio fascínio pelo adorno da escrita, pelo trocadilho em detrimento dos deveres de rigor e imparcialidade. São portanto os próprios jornalistas que cultivam e alimentam a ideia de uma superioridade da literatura sobre o jornalismo.

É interessante verificar como na história, na memória e no imaginário dos portugueses não figuram normalmente nem os grandes repórteres, nem as grandes reportagens. Não fazem parte dos programas escolares. Qualquer por-

A disseminação das formas da narrativa ficcional, trabalhadas pelo cinema, é em grande parte responsável pela desfiguração do jornalismo



“Os homens do presidente” revela a importância do jornalismo

tuguês consegue enunciar pelo menos o nome de um escritor ou os títulos de alguns livros. O mesmo se passa com os realizadores de cinema. António Lobo Antunes conta que, um dia, estando num café com Manoel de Oliveira, uma pessoa se aproximou deste dizendo: “Gosto tanto de si que um dia irei ver um filme seu”.

As grandes reportagens não adquirem a aura mítica e icónica dos livros, dos filmes e das fotografias. Existe mesmo a convicção, em muitos repórteres, que as suas reportagens, para se preservarem, para se valorizarem socialmente têm de ser publicadas em livro. José Pedro Castanheira é um dos mais conceituados repórteres de investigação em Portugal. Trabalhou para o jornal *Expresso*, mas decidiu publicar em livro algumas das suas reportagens, como “*Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?*” (1995), “*A Filha Rebelde*” (2015), com Valdemar Cruz, sobre a filha de Silva Pais, o último director da PIDE/DGS, “*Um Cientista Português no Coração da Alemanha Nazi*” (2010), entre outros. As tiragens do jornal na altura em que estas reportagens foram publicadas (à volta de 100 mil exemplares) eram muitos superiores à dos livros (5 mil). Podemos então perguntar: o que é que o livro dá à reportagem que o jornal e a revista não conseguem dar?

José Rodrigues dos Santos, Miguel Sousa Tavares e Rodrigo Guedes de Carvalho são os casos de maior sucesso de jornalistas-escritores. Mas existem muitos outros, como Júlio Magalhães, Rui Araújo, Cesário Borga, Mário Zambujal, Clara Ferreira Alves, Isabel Stillwell, Fernando Dacosta, Inês Pedrosa e António Santos, seduzidos pelo “inimigo”. Porquê a atracção pela ficção, quando muitos deles já são celebridades e conseguiram até um assinalável

reconhecimento público no jornalismo? Uma das razões tem a ver com o estatuto do autor. A literatura e o cinema concedem aos autores um estatuto, uma visibilidade e até uma promessa de imortalidade que a autoria no jornalismo parece não conceder. Hoje praticamente toda a gente ouviu falar de Aquilino Ribeiro, mas poucos sabem quem é Eduardo Fernandes. Eram ambos jornalistas. Eduardo Fernandes, mais conhecido por “Esculápio”, foi o primeiro grande repórter português. Investigou casos de crime e

descobriu os seus autores. Escreveu a grande reportagem do assassinato do rei D. Carlos, em 1908. Quando jornalistas ingleses vieram a Portugal e pediram à Rainha D. Amélia para descrever a tragédia, ela sugeriu: “Leiam a primeira página d’O Século”.

Trata-se de perceber, a partir desta linha de reflexão, que

fenómenos foram empurrando a literatura e cinema para o centro da cultura e a reportagem para as margens. Pôr a vida em filme, em ficção, parece ser o fim desejável dos indivíduos que se destacam socialmente. A reportagem que investiga e aprofunda a realidade não tem o mesmo poder de atracção. Que forças estão activas na sociedade movimentando um processo de fascinação pelo cinema e deixando na sombra outras formas de narração do real? Se o jornalismo trata das vidas reais, se existe até, associada, uma missão de serviço público na forma como os jornalistas perseguem as injustiças sociais, porquê esta atracção da sociedade para as histórias inventadas e que contamina até os próprios jornalistas?

Alain Badiou, no ensaio “*Le Siècle*” (2005), sustenta que

O axioma da separação natural entre jornalismo e ficção naturalizou as diferenças e ocultou as dependências

o século XX foi dominado por uma paixão pelo real enquanto o século XIX tinha sido dominado pelas utopias e pelo espectador. Um dos sintomas dessa paixão é precisamente o jornalismo como género omnipresente em todo o século XX. A outra é o cinema. Ora isto significa, ecoando Badiou, que talvez seja necessário inverter o problema da separação entre jornalismo e ficção. Em vez de explorar as suas diferenças, deve-se aclarar, antes, o que os liga e que não é visível. Extrapolando a tese de Badiou, o jornalismo e o cinema estão unidos num mesmo processo de experiência que é a paixão pelo real. Para prosseguir, há que aclarar a noção de real. Segundo Lacan, confundimos a noção de real com a de realidade. A realidade é o que construímos para contrariar o real e o real é o impasse do formalismo.

O formalismo é o esforço do homem para criar uma realidade que controle ou adie o real. Usando a metáfora da imagem cinematográfica, o real é o fora de campo. Não se vê mas está lá e tem poderes explicativos. O real é o que é preciso controlar na vida, mas que sempre se oculta e irrompe de forma violenta. Badiou considera que a realidade pode funcionar como uma ilusão que nos desvia da percepção do real. Daí esta tarefa social do jornalismo de constantemente o revelar e expor. A crise económica, a corrupção, o mau governo, por exemplo, são entendidos pelo jornalismo como formas do real que explicam as crises da realidade. O sucesso do jornalismo parece ser um sintoma desta paixão pelo real. O mesmo faz o cinema. Quase todas as histórias do cinema perseguem o real. Seja o suposto real do nuclear, da guerra, da família ou o difícil real do amor.

A paixão jornalística pelo real revela também uma vontade de colocar o mundo numa narrativa verosímil que explique os acontecimentos de forma lógica e não mítica. O fascínio do romance (século XIX) e depois do cinema (século XX) floresceu, em parte, nas margens desta expectativa de desvelação total do real operada pelo jornalismo factual. O exercício do jornalismo não se faz sem a frustração de não conseguir mostrar e explicar tudo. Nas falhas do jornalismo, trabalha o romance e o cinema, as duas grandes arquitecturas modernas da ficção. E foi o cinema, por mais paradoxal que isso pareça, quem mais explorou e aprofundou esta paixão pelo real. O real na ficção ganha sempre sentido, ainda que de forma forçada. Tudo tem explicação no cinema. Tudo ganha uma moral lógica ou uma forma de justiça, seja pela via de um herói vencedor ou de um herói sacrificial. Por isso a narrativa do cinema é tão apelativa.

O jornalismo factual procura, pelo contrário, dimensionar o real à realidade. Se são as palavras que fazem existir as coisas, a reportagem, como primeiro discurso, tem esse



“Rashomon”, de Akira Kurosawa, pode ser uma lição para o jornalismo que se pretende verdadeiro

dever de descobrir que o real é fragmentado, difícil de explicar e de inscrever dentro de uma narrativa clara e entendível. Como já referimos, este é um cenário em mudança, porque o chamado jornalismo de “infoentre-

nimento” procura também forçar a reportagem a explicar as coisas em dualismos legíveis.

Possivelmente, o grande sucesso do cinema tem a ver com a sensação de superação dos impossíveis da reportagem. O repórter fica à porta das reuniões importantes, enquanto o cinema nos põe lá. O cinema dá a ver tudo, a vida privada, os momentos das grandes decisões políticas e militares e até os pensamentos dos protagonistas. Por isso é tão forte no cine-

ma a nota inicial que informa que a história é baseada em factos reais. O cinema pega em muitas reportagens e põe-nos dentro dos acontecimentos de uma forma que a reportagem nunca conseguirá. Com isso, a ficção está sempre ao serviço do prazer, mas forçando a experiência, artificializando a explicação e construindo ideologias deturpadas da vida. O problema do jornalismo actual é querer, por causa das audiências, adoptar as soluções do cinema comercial recorrendo às técnicas de explicação dualista, às reconstituições, mostrando histórias intensas, lógicas e de explicação fácil.

A argumentação até aqui desenvolvida parece demoni-

O problema do jornalismo actual é querer, por causa das audiências, adoptar as soluções do cinema comercial recorrendo às técnicas de explicação dualista, às reconstituições, mostrando histórias intensas, lógicas e de explicação fácil



Na encenação radiofónica de “Guerra dos Mundos”, em 1938, Orson Welles fundiu reportagem e literatura

zar demasiado as influências do cinema sobre o jornalismo. Acontece que a primeira premissa deste texto parte do princípio de que a verdade é da ordem da ficção. O cinema, quando é de qualidade, tem também a capacidade de oferecer ao olhar relações paradoxais e conexões impossíveis. O cinema é, por isso, um acto filosófico. Ele próprio é o resultado das relações ambíguas e contraditórias que oferece, sendo ao mesmo tempo a cópia da realidade e o artificialismo inesgotável das cópias.

Rashomon pode ser, por isso, uma lição para o jornalismo que se pretende verdadeiro. O filme inicia-se com um momento jornalístico. Debaixo de *Rashomon*, a porta sul de Kyoto (séc. XI), três pessoas abrigam-se da chuva, um lenhador, um sacerdote e um camponês. O sacerdote em choque conta os detalhes de um julgamento que presenciou. Uma mulher foi violada numa floresta por um bandido. O marido samurai foi assassinado. Em tribunal, a vítima e o agressor constroem relatos contraditórios do que aconteceu. O marido morto entra em cena comunicando através de um médium e oferece uma terceira interpretação. Uma quarta versão é dada pelo lenhador que afirma ter testemunhado o ataque. Em que versão acreditar?

Neste brilhante enredo, Kurosawa demonstra-nos que o desafio da chamada pós-verdade na sociedade moderna são os discursos. O jornalismo, para se colocar como mediador sério, tem de enfrentar os discursos contraditórios, não se deixando contaminar afectivamente por nen-

hum deles. Um dilema que ficou conhecido como o “efeito Rashomon”. Na pele de jornalistas, os cidadãos das redes sociais mais não são do que produtores de discursos para defesa dos seus interesses e convicções. Para se regenerar, o jornalismo precisa de

saber sentar-se na cadeira preparada por Kurosawa para o seu espectador e conseguir ser um mediador de discursos que desconfie de todas as versões, que as racionalize desapaixonadamente e comece a pensar.

O repórter não tem de adaptar o real às necessidades comerciais de explicação das coisas desistindo de ler a realidade tal como ela é, ou seja, uma realidade complexa e que se nega sempre a uma explica-

ção fácil e cinematográfica. Também não é verdadeiro o jornalismo que alimenta o desejo do público de consumir narrativas mascaradas de ficção, fáceis de digerir, tendo com isso um efémero sucesso de audiências. Se conseguir ler bem a realidade e perceber o real, o repórter encontrará a melhor forma de contar uma história e cativar os públicos. O mesmo acontece com o verdadeiro cinema. No fundo, a experiência precisará sempre da dialéctica entre a reportagem e o cinema. E se o cinema vampiriza as histórias dos repórteres, talvez seja tempo de o jornalismo ir ao cinema em busca de um olhar e de um *ethos* que lhe refaça a identidade e a prática. ■

O repórter não tem de adaptar o real às necessidades comerciais de explicação das coisas desistindo de ler a realidade tal como ela é, ou seja, uma realidade complexa e que se nega sempre a uma explicação fácil e cinematográfica

TÃO PRÓXIMOS E TÃO LONGE

Não havia entre jornalistas e censores relações pessoais e directas. Apenas os directores dos jornais, principalmente nos primeiros tempos do regime – e que, em geral, não eram jornalistas profissionais – foram ocasionalmente chamados a participar em reuniões com os responsáveis da Censura e os políticos que superentendiam na área da informação.

Jornalistas e censores sempre viveram, em vários sentidos, muito próximos. Na sua quase totalidade, os jornalistas, no caso de Lisboa (que é aquele que aqui concretamente trataremos), trabalhavam em edifícios a apenas dezenas ou poucas centenas de metros do da Censura, no Bairro Alto, no espaço, com cerca de 300 por 300 metros, delimitado pela Rua da Misericórdia, a Leste; Praça Camões, Rua do Loreto e Calhariz, a Sul; Rua do Século, a Oeste, e Travessa da Queimada, a Norte.

Neste escasso rectângulo urbano, a que Manuel Mendes e, mais tarde, Norberto Lopes chamaram a Fleet Street lisboeta, manuseavam quotidianamente a mesma matéria-prima – as mesmas notícias, as mesmas entrevistas e reportagens, as mesmas fotos e desenhos; cruzavam-se naquelas apertadas ruas à ida para o trabalho ou no regresso a casa, em alguns casos poderiam, eventualmente, almoçar ou jantar nos mesmos restaurantes. E, no entanto, a esmagadora maioria dos jornalistas nunca falou, nem sequer ao telefone, com um censor, de nenhum deles sabia o nome ou conhecia a cara.

A excepção a este distanciamento eram os chefes de redacção. Esses, ao menos, conheciam-lhes a voz. Eram eles que estavam no fim da linha da produção redactorial: o jornalista escrevia a prosa, esta seguia para o chefe da secção respectiva (cidade, nacional, internacional, política, economia, desporto...) e depois para os chefes. Destes, era levada para a tipografia, onde era composta e tiradas provas, uma das quais transportada por contínuos, a pé – mas, quando necessário, em passo de corridaⁱ – para o edifício da Censura. E eram também os chefes que recebiam, pela mesma via, as provas já visadas pela Censura, com os carimbos e, quando era caso disso, com os cortes assinalados a lápis azulⁱⁱ.

A grande preocupação das chefias era gerir a produção

do jornal, no sentido de cumprir a hora do fecho a tempo de o colocar (nomeadamente os vespertinos) na chamada casa da venda, onde os arduos se atropelavam para serem os primeiros a levantar os seus exemplares e os levarem aos leitores; e também a tempo de apanhar, em Santa Apolónia, os comboios, nomeadamente para o Porto (o que significava igualmente Leiria, Coimbra, Aveiro...).

A situação era diferente de jornal para jornal, e até mesmo dentro do mesmo jornal as coisas não eram sempre iguais, no que se refere às relações com a Censura. Dependia. Os jornais oficiais ou oficiosos do regime, como o *Diário da Manhã* (órgão da União Nacional, partido único, rebaptizado em 1971 como *Época* e desaparecido sem combate em 26 de Abril de 1974), o *Novidades* e *A Voz* (ligados ao Episcopado e ao Patriarcado), pouca coisa enviavam à Censura. No *Novidades*, aliás, conta Afonso Serra, a Censura “entendia-se com os chefes de redacção, e na falta dele com quem o substituísse. Davam-nos as indicações e a coisa resolvia-se com pacifismo, não havia problemas, pelo menos connosco não havia. (...) Havia uma auto-censura. Não saía tudo como eles queriam, mas enfim. Já sabíamos que eles iam cortar, para que é que havíamos de estar a escrever? (...) Até causava prejuízos nos próprios serviços do jornal, a nível de tipografia, etc.”ⁱⁱⁱ.

Nos outros era diferente. No *República*, no *Diário de Lisboa*, ou mesmo no *Diário Popular*, a rotina não era, normalmente, semelhante à do *Diário de Notícias* ou de *O Século*, devido às diferenças de posicionamento político dos proprietários. Mas dependia também do feito e disposição dos chefes ou subchefes de redacção que estivessem de serviço. Havia os que entendiam que este ou aquele parágrafo, esta ou aquela palavra, teriam que ser alteradas ou retiradas porque a Censura podia não gostar, como também havia os que estavam mais disponíveis para correr riscos. Não faltavam mesmo aqueles que, sem sequer, muitas vezes, darem satisfações ao autor do texto (na altura as notícias não eram assinadas, apenas algumas entrevistas e reportagens), o alteravam de maneira a garantir que a acção da Censura não iria prejudicar o fluir da produção da edição.

Pior ainda. Urbano Tavares Rodrigues, que entrou para o *Diário de Notícias* em 1947, fala de um chefe de redacção, Tomé Vieira, que “pela sua ideologia fascista ou muito próxima do fascismo, ou por puro oportunismo, procura-



As chefias não tinham contacto pessoal com os censores, embora o seu lugar no final da cadeia produtiva lhes impusesse um relacionamento quotidiano

A rigidez censória não era sempre a regra. Em alguns casos também se negociava, numa troca – telefónica – de argumentos em que ambas as partes procuravam tirar algumas vantagens em troca de algumas cedências

va ser mais zeloso do que a própria Censura oficial, fazendo uma censura suplementar sobre os trabalhos que nós tínhamos feito e que a Censura não tinha cortado^{iv}. O que significa que em alguns casos, o jornalista estava sujeito a “múltiplas censuras” – incluindo, logo à partida, à auto-censura.

A RESPONSABILIDADE DAS CHEFIAS DE REDACÇÃO

As chefias ocupavam um lugar central na redacção, quer no topo da sala principal, quando era sala única, quer na produção da informação, incluindo nas relações com a Censura. Não obstante, também não tinham contacto pessoal com os censores, embora o seu lugar no final da cadeia produtiva lhes impusesse um relacionamento quotidiano. Falavam, cumprimentavam-se urbanamente – mas apenas e só pelo telefone.

A rotina diária levava a que logo de manhã cedo os responsáveis de serviço na Censura comunicassem a impossibilidade de tornar público determinado assunto (relativo à agenda de um ministro, um acontecimento internacional, etc.), ou tomassem mesmo a iniciativa de avisar que determinado tema político ou social teria de ser abordado com toda a “cautela”. Coisas assim...

Os chefes, por sua vez, procuravam esclarecer alguma dúvida sobre este ou aquele corte, ou reclamavam urgência de uma decisão sobre este ou aquele texto. As reclamações, aliás, eram mútuas, porque se do lado do jornal havia a necessidade, à medida que a hora do fecho se aproximava, de saber com o que contava em termos de espaço nas páginas e de hierarquização das notícias, os censores também pressionavam no sentido de não terem uma acumulação de provas para ver à pressa.

Mas a rigidez censória não era sempre a regra. Em alguns casos também se negociava, numa troca – telefónica – de argumentos em que ambas as partes procuravam tirar algumas vantagens em troca de algumas cedências. Avelino Rodrigues, que começou a trabalhar em *O Século* no final dos anos 60 e depois passou para o *Diário de Lisboa*, atesta em que medida as coisas eram diferentes de jornal para jornal. No DL, recorda ele, “as relações eram frias, nada de negociações, apenas reclamações formais. Em *O Século*, tudo era negociado ao ‘telefone da Censura’. Toda a gente ouvia. O chefe de redacção começava por pedir compreensão, que o jornal não podia esperar e que aquela matéria afinal não tinha importância nenhuma, ‘deixe lá, senhor coronel, que se houver algum corte eu tomo a responsabilidade’. Às vezes a conversa pegava^v, porque *O Século* era uma velha e prestigiada instituição.

Mais tarde, continua Avelino, “com o Redondo Júnior a chefe de redacção, o estilo era diferente, e os tempos também... Era vê-lo ao telefone a invocar os galões de chefe de redacção, aos berros, aos murros na mesa: ‘isto é um abuso, a Censura está a destruir a empresa, os senhores

não percebem nada desta coisada – e isto tem que se resolver a bem ou faço queixa ao doutor Guilherme Pereira da Rosa [administrador da empresa] e ele que fale ao Moreira Baptista’ [marcelista convicto, com uma carreira governamental desde os anos 50 ligada à informação e turismo e que culminou, em 1973, como ministro do Interior] e o ministro que fale ao Marcelo Caetano ou o raio que o parta’. Um leão. No dia seguinte, Redondo Júnior lá volta-va como um cordeirinho à negociação permanente entre a chefia e os coronéis, e a verdade é que conseguíamos salvar muita matéria de carácter social e cultural. Várias vezes me disse: ‘Veja lá o que escreve, não me lixe, que eu já combinei com os coronéis’^{vi}.

Mas este era um tipo de diálogo difícil de imaginar noutros jornais ou com outros chefes de redacção.

TESTEMUNHOS IMPRESSIVOS

O desencanto e a frustração pessoais a nível das chefias aconteciam muitas vezes, dada a sua posição de máxima responsabilidade no trabalho jornalístico e, simultaneamente, de charneira numa cadeia produtiva tutelada pela Censura.

Jacinto Baptista, um dos subchefes de redacção no *Diário Popular*, escrevia no seu diário em 29 de Novembro de 1967: “Sei que, por causa da Censura, pela tensão que me causa durante o dia, a toda a hora, pelo acréscimo de trabalho com que sobrecarrega as minhas funções de redactor-paginador, obrigando-me a desfazer e a refazer títulos, a desfazer e a refazer páginas - por causa da Censura estou à beira de um colapso nervoso. E vou morrer mais cedo, arrasado, inconformado – por causa da Censura^{vii}. E em 1973: “Em vinte e cinco anos que levo já de jornalista, tornei-me aos poucos, como tantos dos meus colegas de ofício, um profissional de competência puramente formal, compensando com a dedicação tenaz a uma técnica (de *copy-desk*, de *mise-en-page*) a grande frustração, talvez irremediável, de nada poder comunicar que realmente valesse a pena. Era uma vida que tinha em frente um horizonte baço, de nenhuma novidade, e que anunciava já o desencantado crepúsculo vespertino^{viii}.”

Os chefes de redacção não contactavam presencialmente com os censores, mas havia quem, da parte dos jornais, pontualmente o fizesse. Eram os responsáveis dos suplementos, nomeadamente os culturais e literários, geralmente integrados nos quadros da redacção, que aproveitavam essa condição para dialogar directamente com os censores e tentar arrancar algumas concessões. Quase sempre sem êxito. E também eles nos deixaram impressionantes testemunhos.

Já no tempo do marcelismo, Maria Teresa Horta, responsável pelo suplemento de Literatura e Arte d’*A Capital*, recordaria num depoimento a Cândido de Azevedo: “Isto era extremamente humilhante e castrador, porque eu

pedia uma coisa a que todo o ser humano tem direito, que era a liberdade de expressão, a liberdade de escrita, e o que se passava é que uma pessoa quase que ia mendigar e pedir por favor para a Censura retirar a proibição que tinha imposta^{ix}. Ainda Maria Teresa Horta: “Os censores eram de uma maneira geral pessoas muito incultas. O censor com quem falei ficou até muito admirado com a minha reclamação. Perguntou-me por que é que me fazia tanta diferença uns versos num poema tão grande, e interrogava: ‘Mas por que é que a senhora se dá ao trabalho de discutir comigo e tentar convencer-me a retirar um corte que não vou retirar?’ E não retirou. Claro que o poema não saiu”.

Responsável pela grande maioria dos editoriais do *Diário de Lisboa* em parte de 1972 e de 1973, confessava José Saramago no mesmo livro de Cândido de Azevedo^x: “Recordo as muitas vezes que tive de ir à Comissão de Exame Prévio, na rua da Misericórdia, reclamar contra cortes absurdos (como se outros pudesse haver...), a humilhação de esperar que se dignassem receber-me, a inutilidade da argumentação com que tentava defender o meu trabalho, o olhar inimigo e a expressão espessa do “coronel” de serviço...”

AUTO-CENSURA E ENTRELINHAS... INCLUINDO NO FUTEBOL

Existia auto-censura entre os jornalistas? Sim, inevitavelmente, como no caso concreto dos jornalistas trabalhando no quotidiano redactorial, sujeitos à pressão do fecho da edição. Não se tratava de uma mera atitude pessoal, que uns adoptavam e outros não, conforme a sua maior ou menor vontade ou coragem, de arriscar, mas a consequência inevitável da pressão, desde logo das chefias, para *ser* rápido e não provocar a Censura, a fim de não atrasar o funcionamento da máquina produtiva. E por cima das chefias, estava, naturalmente, a própria pressão das administrações das empresas.

Mas havia quem, quando vislumbrava uma oportunidade, tentasse proporcionar aos leitores, pelo menos aos mais despertos e atentos, a possibilidade daquilo a que se viria a chamar “ler nas entrelinhas”. Não era nem podia ser uma obsessão, mas sim arriscar, se a possibilidade surgia e a imaginação funcionava, a possibilidade de passar



Existia autocensura entre os jornalistas? Sim, inevitavelmente, como no caso concreto dos jornalistas trabalhando no quotidiano redactorial, sujeitos à pressão do fecho da edição

Corresponderá à verdade a ideia de que durante o fascismo as redacções, compostas por heróicos combatentes pela liberdade, estavam mobilizadas para a contestação da censura? Creio que esta ideia está distorcida

uma rasteira aos censores. Claro que a situação era diferente se se tratava de escrever, em cima da hora, para o jornal do dia, ou quando havia mais tempo, por exemplo quando se trabalhava para os suplementos do jornal do dia seguinte. Dependia também do perfil do próprio jornalista e do jornal a que estava ligado.

O certo é que a tal escrita nas entrelinhas às vezes resultava. Já nas vésperas do 25 de Abril, em 18 de Março de 1974, o *República* – e era impensável que, ao tempo, tal pudesse acontecer em qualquer outro jornal – publicou na página desportiva a notícia (codificada...) do golpe falhado das Caldas da Rainha (em 16 de Março), sob o título “Quem travará os leões?”. Numa aparente alusão a um jogo de futebol disputado no estádio José Alvalade, em Lisboa, entre o Sporting Clube de Portugal e o Futebol Clube do Porto, Eugénio Alves escrevia: “Os muitos nortenhos que no fim-de-semana avançaram até Lisboa, sonhando com a vitória, acabaram por retirar, desiludidos com a derrota. O adversário da capital, mais bem organizado e apetrechado (sobretudo bem informado da sua estratégia, contando ainda com uma assistência fiel), fez abortar os intentos dos homens do Norte. Mas, parafraseando o que em tempos dissera um astuto comandante, “perdeu-se uma batalha, mas não se perdeu a guerra”^{xi}.

Também nos jornais de desporto havia quem se preocupasse em dar a volta à Censura. Homero Serpa recorda: “Eu ia, por exemplo, *fazer* um jogo de futebol à Checoslováquia, e a ideia que cá havia sobre esse país era de ser um regime criminoso, onde as pessoas não podiam falar, estavam todas na miséria, etc. Então, para além do relato do jogo, eu escrevia um artigo em que falava, por exemplo, das paisagens e depois também, lá no meio, do nível de vida das populações, quanto ganhavam, quanto gastavam, a forma como lhes era facilitado no emprego a posição de pai ou de mãe, aspectos do quotidiano e coisas assim.(...) Quando a Censura não cortava, as pessoas liam e depois faziam a comparação com o que se passava cá. Aprendi a escrever nas entrelinhas... Esta forma de fazer as reportagens no estrangeiro foi um dos segredos de *A Bola*”^{xii}.

Escrever nas entrelinhas foi para alguns um prazer, um orgulho, uma vitória. Outros eram mais cépticos, mas não desistiam. “Era uma profissão extremamente frustrante.

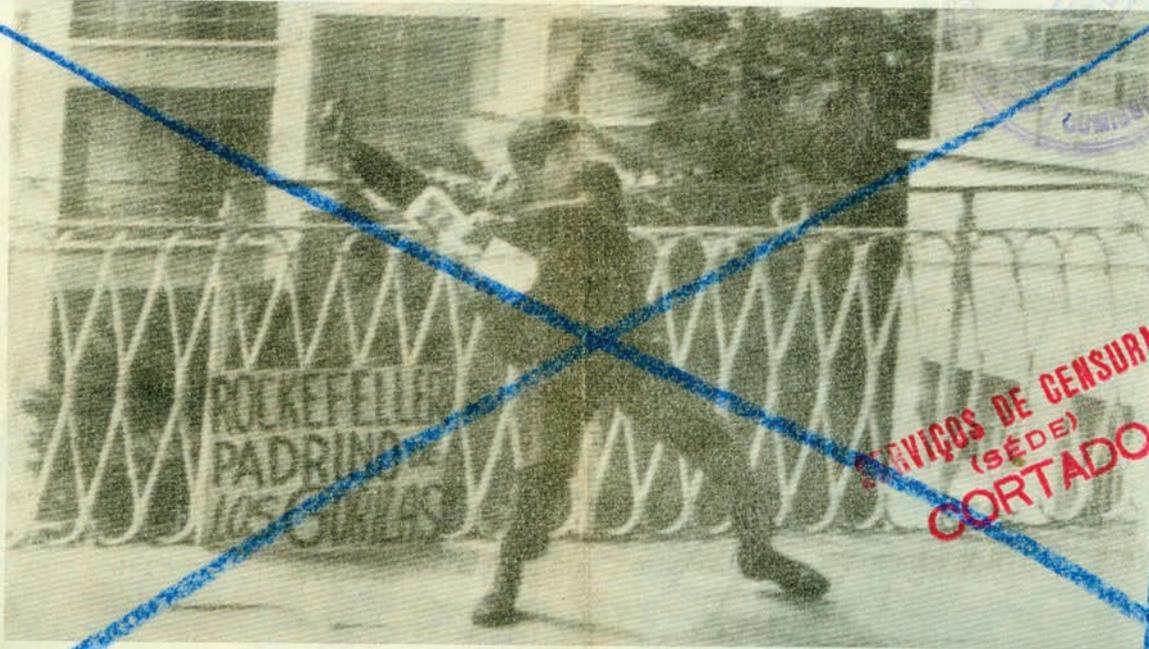
«SEARA NOVA» N.º 1485

A sair em 7 de 1969

Provas enviadas à Censura em

17 JUN 1969

81



Rockefeller na América Latina

«SEARA NOVA» N.º 1448

A sair em Junho de 1969

Provas enviadas à Censura em

11 de 10 de 69

SEARA NOVA — Máquina 3

Recurso à Informação e direito à Informação

NO discurso de posse do novo Presidente da Conselho, uma das afirmações especialmente sublinhadas pela imprensa diária foi a alusão ao problema da informação. Apelando, como é de regra na circunstância, para o apoio dos cidadãos, o sucessor de Salazar admitiu que esse apoio terá muitas vezes de ser concedido sob forma de crédito aberto ao Governo, mantendo porém, que outras vezes será solicitado através da Informação tão completa e frequente quanto possível, procurando-se estabelecer a comunicação desseivel entre o Governo e a Nação.

A brevidade da alusão terá porventura deitado em dúvida, senão rigorosamente em erro, muitas pessoas desconhecedoras do pensamento político do orador. O Prof. Marcello Caetano é, de longa data, um homem familiarizado com o trabalho dos meios de informação; foi, aos vinte anos, director de uma revista doutrinária; ingressou depois, durante algum tempo, na profissão de jornalista, orientou, como ministro da Presidência, os primeiros passos da TV no nosso país. Não poderia deixar de ser sensível à importância política da informação. Ainda recentemente (1965), o seu pensamento sobre a matéria foi exposto na conferência. A opinião pública no Estado Moderno, de cuja leitura nos socorreremos para devidamente interpretar o preciso sentido das suas palavras de posse.

O interesse aí manifestado pelo significado político da informação é o que decorre do reconhecimento das vantagens que os governantes retiram das iniciativas que, a bem da sua autoridade e prestígio, sabem desenvolver no sector informático. «Só há vantagem — explicava o conferencista — no aproveitamento pelos homens de Estado dos meios de difusão postos pela técnica ao serviço de todos para procurarem obter uma união mais íntima de governantes e governados» (p. 56-57). E noutra passagem: «A opinião tem de ser informada pelos órgãos do Estado o mais

SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) CORTADO

SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) CORTADO

Ambrósio

51302

1484
Seara Nova
Junho-1969
cens-5-69
127
129
GL

Máquina 3

SEARA NOVA

EDITORIAL

EXCEDERAM-SE, de facto, as perspectivas mais optimistas sobre a qualidade das comunicações, a importância dos temas tratados, a categoria das intervenientes, o volume das presenças, o entusiasmo da assembleia, a repercussão na cidade e no país, a profunda convergência dos pontos de vista apresentados. Por tudo, o Segundo Congresso Republicano reunido em Aveiro de 15 a 17 de Maio, foi um êxito retumbante, uma realização notável do Movimento Democrático Português. Não obstante a urgência que teve de presidir à sua elaboração, a realização de um trabalho de esta natureza, que inevitavelmente esmagadora maioria das comunicações atingiu um nível que as situa como notável afirmação das ideias democráticas, nos mais variados domínios, desde a teoria política ao urbanismo, passando entre outros pelos problemas da economia, da educação, da cultura, da informação, do direito. A desproporção entre a massa dos trabalhos entregues e o tempo disponível para a leitura obrigou a que apenas uma parte pudesse ser presente à assembleia, a necessidade de limitar o tempo de

SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) AUTORIZADO COM CORTES

SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) CORTADO

SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) CORTADO

Ficávamos felicíssimos quando conseguíamos meter qualquer coisa, uma linha, duas linhas, uma palavra num texto que conseguia passar na Censura. Era um bocado inútil, havia uma dúzia de pessoas que percebia a intenção, mas a maior parte dos leitores ficava perfeitamente à margem do que nós tentávamos. De qualquer modo, fomos tentando, fomos tentando sempre^{xiii}, afirma Roby Amorim.

MUDANÇA SOCIAL NAS REDACÇÕES

Corresponderá à verdade a ideia, hoje relativamente comum, de que durante o fascismo as redacções, compostas por heróicos combatentes pela liberdade, estavam mobilizadas para a contestação da Censura e empenhadas na utilização de estratégias para a contornar e combater?

Creio que esta ideia está distorcida pelo facto de os testemunhos directos geralmente invocados serem de jornalistas que se iniciaram na profissão já nos anos 70, período em que se verificou, na sequência do que já vinha progressivamente acontecendo na década anterior, uma alteração muito significativa no perfil do grupo profissional, sob o ponto de vista etário, cultural e político-ideológico. Sobre o que define a identidade profissional nos anos 30, 40, quase todos os anos 50 e com prolongamentos nos anos 60, é útil sublinhar aspectos importantes.

Há uma dimensão dos jornalistas desse tempo enquanto trabalhadores, que também fica ocultada pelas opiniões de intelectuais, nomeadamente escritores, que colaboraram na imprensa, e alguns até durante mais ou menos tempo desempenharam funções no quadro das próprias redacções. Opiniões que, descontextualizadas da realidade concreta da fabricação diária das notícias, obscurecem a existência de uma maioria de jornalistas para quem o exercício da profissão resultava, prosaicamente, de uma oportunidade de emprego surgida e aproveitada, tal como o poderia ter sido no escritório de uma qualquer empresa ou repartição pública.

Predominava o duplo, ou mesmo o triplo emprego, quer nos jornais quer noutros ramos de actividade. Jacinto Baptista, iniciado na profissão em 1948, recorda que “a esmagadora maioria, a arraia-miúda do jornalismo, era constituída por pobretanas que, para sobreviverem, careciam de completar o magro salá-

rio com segundos e até terceiros empregos”; sendo que “havia excepções – a meia dúzia ou mesmo a dúzia e meia de jornalistas de luxo, os barões, (...) escribas venais sempre encostados ao poder político e ao poder económico e deles beneficiando através das mais variadas avenças e prebendas^{xiv}”.

João Coito, que viria a ser chefe de redacção do *Diário de Notícias*, lembra que quando em 1947, com 19 anos, foi para a redacção do *Novidades*, era o único que não tinha outro emprego.

Para a entrada na profissão, não se exigiam habilitações mínimas, nem muito menos específicas. E o próprio facto de os jovens jornalistas andarem a estudar não era, em geral, bem visto internamente. Quando Jacinto Baptista, nos anos 50, então na delegação em Lisboa de *O Primeiro de Janeiro*, solicitou a promoção de repórter informador a repórter, o seu chefe, Pinto Quartim, (aliás uma prestigiada figura do anarquismo) incluiu no seu parecer desfavorável o seguinte comentário: “É certo que cumpre: porém, é estudante”.

O 1º Contrato Colectivo de Trabalho, de 1951, não fazia qualquer referência às habilitações, e só o contrato de 1966 apontava a necessidade do 2.º ciclo dos liceus, o 9.º ano actual. E o de 1971, três anos antes do 25 Abril, refere a necessidade do 3.º ciclo, actual 12.º ano.

Em 1960, dos 45 jornalistas do *Diário de Notícias* – então, juntamente com *O Século*, os dois diários com mais jornalistas e maiores tiragens – apenas dois tinham cursos superiores, sendo que de três dezenas deles se desconheciam as habilitações, o que leva a suspeitar que teriam a 4ª classe ou pouco mais.

Sublinhe-se que esta realidade não pode ocultar a existência de um pequeno número de jornalistas com formação académica, e outros autodidactas, conhecedores dos clássicos da literatura portuguesa e estrangeira, nomeadamente a francesa. Tal como, aliás, acontecia com muitos tipógrafos, uma classe profissional com ricas tradições de luta.

Certo é que a faceta inconformista e contestatária, a níveis significativos, só viria a afirmar-se no final dos anos 60 e ganharia renovado impulso com a morte de Salazar e a confirmação, para quem dela precisava, das ilusões trazidas pelo marcelismo.

A ideia de alargar o que então se passou a todo o período da ditadura resulta, em grande parte, julgo eu, da existência e de testemunhos, pós-25 de Abril, de



A faceta inconformista e contestatária, a níveis significativos, só se viria a afirmar no final dos anos 60

Não havia jornalistas detidos e torturados pelo facto de terem textos cortados pela Censura. As motivações da intervenção da PIDE não tinham directamente a ver com o que se publicava ou deixava de publicar, mas sim com a suspeita de “actividades subversivas contra o Estado”

muitos jornalistas desse tempo, o que levou, na visão superficial de alguns, a alargar a análise da vivência desse período a todas as quatro décadas do fascismo.

Um dos factores que caracteriza as transformações da identidade profissional dos jornalistas nos anos 60 e 70 resulta precisamente do progressivo aumento na entrada para a profissão, aliás já em parte iniciado na década anterior, de uma nova geração vinda das universidades, marcada pelas lutas estudantis, e no contexto de uma situação política nacional e internacional favorável, por um lado, à contestação do regime (candidatura presidencial de Humberto Delgado, concílio Vaticano II, contestação à guerra colonial...) e, por outro, à consciência da importância da Comunicação Social (imprensa, rádio e já então também televisão) nas formas de pensar e de agir das pessoas, numa perspectiva de transformação social.

A PROPÓSITO DA CONTESTAÇÃO DOS JORNALISTAS À CENSURA

Aeste respeito, têm surgido por vezes alguns equívocos, mitos ou, se preferirem, manifestações de ignorância que nos devem pôr de sobreaviso. Ainda há poucos anos, pessoa altamente responsável num diário dito de referência, escrevendo sobre o pré-25 de Abril, falava do “heroísmo” dos jornalistas desse tempo, um tempo em que “se arriscava a vida por escrever uma notícia”. Trata-se de uma afirmação manifestamente exagerada.

Não havia jornalistas detidos e torturados pelo facto de terem muitos ou poucos textos cortados pela Censura. As motivações da intervenção da PIDE não tinham directamente a ver com o que se publicava ou deixava de publicar, mas sim com a suspeita de “actividades subversivas contra o Estado” e, nomeadamente (mas não só, sobretudo já nos anos 70), a suspeita de pertença ou ligação ao PCP. Como foi o caso, por exemplo, das detenções da Pedro Alvim, em 1964, Urbano Tavares Rodrigues, em 1963 e em 1968, Mário Ventura Henriques e vários outros, já nos anos 70, durante a “primavera marcelista”.

Naquele período, o caso mais espectacular foi o de José Tengarrinha, então chefe de redacção do *Diário Ilustrado*, preso por agentes da PIDE, em 1961, em plena sala de redacção, de onde foi levado por agentes armados para a sede da PIDE e depois para a prisão de Caxias. Diga-se de passagem, mas sublinhando o facto positivo e creio que inédito na nossa televisão, a descrição da sua detenção e das posteriores torturas a que foi sujeito pela PIDE foram reconstituídas na recente série da RTP “As Três Mulheres”.

Da acusação de comunista também não se livrou o nosso mais premiado repórter fotográfico, Eduardo Gageiro, ainda que a sua detenção, nos anos 60, se tenha relacionado com o trabalho profissional. Gageiro, então em *O Século*, impedido sistematicamente pela Censura de ver publicadas as suas fotos sobre as manifestações de

estudantes e as tradicionais romagens de oposicionistas, no 5 de Outubro, à estátua de António José de Almeida, que acabavam sempre por se transformar em manifestações contra a ditadura, fazia-as chegar à imprensa internacional, onde por vezes eram publicadas com grande destaque, coisa que, naturalmente, incomodava profundamente o regime. A PIDE prendeu-o e levou-o para Caxias, onde esteve quase um mês. Foi por diversas vezes interrogado, mas acabou por ser libertado por falta de provas^{xv}.

Quando, depois da sua libertação de Caxias, José Tengarrinha quis voltar ao *Diário Ilustrado*. Foi informado pelo administrador de que tal não seria possível, por interferência directa de Salazar^{xvi}. História semelhante passou-se com Urbano Tavares Rodrigues. Libertado do Aljube, a direcção da delegação em Lisboa do *Diário de Lourenço Marques*, onde trabalhava, comunicou-lhe que não estava interessada em manter na redacção “uma pessoa que tinha estado na prisão por motivos políticos”. Mas o jornal teve a gentileza de o recompensar com dois meses de ordenado. ■

Notas

ⁱ No fim dos anos 60, no *Diário Popular*, onde então eu trabalhava, lembro-me que um desses contínuos corretores era um jovem, aliás muito simpático, chamado Carlos Lopes, atleta do Sporting, de que um dos administradores da empresa proprietária do jornal, dr. Brás Medeiros, era presidente. O destino dele estava traçado... e o empedrado do Bairro Alto decerto ajudou.

ⁱⁱ O marcelismo, entre outras alterações cosméticas, passou de Censura a Exame Prévio, e alterou os carimbos que enviava para os jornais: *Cortado* passou a *Proibido*, *Autorizado com cortes* a *Autorizado parcialmente*, *Suspensão* a *Demorado*, *Visado* a *Visto*. A estas e outras alterações do género, como *Diário da Manhã* para *Época*, chamou Raul Rego “revolução nominalista”.

ⁱⁱⁱ Fernando Correia e Carla Baptista, “Memórias Vivas do Jornalismo”, Caminho, 2010, p. 91.

^{iv} Cândido de Azevedo, “A Censura de Salazar e Caetano”, Caminho, 1999.

^v “Jornalismo & Jornalistas”, n.º 57, janeiro-junho de 2014, p. 59.

^{vi} Idem, p. 60.

^{vii} Idem, p. 37.

^{viii} Idem, p. 36.

^{ix} Azevedo, ob. cit., 1999, p. 139.

^x Azevedo, ob. cit., p. 32.

^{xi} Fernando Correia e Carla Baptista, “Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português – 1956-1968”, Caminho, 2007, p. 81.

^{xii} Correia e Baptista, ob. cit., 2010, p. 200-202.

^{xiii} Correia e Baptista, ob. cit., 2007, p. 80.

^{xiv} Jacinto Baptista, “Caminhos para uma Revolução”, Bertrand, 1975, p. 20.

^{xv} Correia e Baptista, ob. cit., 2010, p. 165 e segs.

^{xvi} Correia e Baptista, ob. cit., 2007, p. 134.

Carlos Veiga Pereira (1927-2018)

O INSUBMISSO SERENO

Paulo Martins Texto Martins Morim Foto

Na primavera de 1957, a administração do *Diário Ilustrado*, vespertino fundado um ano antes, que até representara, pela inovação no conteúdo, uma pedrada no charco na Imprensa portuguesa, decidiu despedir o subchefe de redação, Carlos Eurico da Costa. Para afastar uma voz politicamente incómoda, desencantou um pretexto pífio, o alegado roubo de linhas de chumbo, que o jornalista usaria para a pesca desportiva. Miguel Urbano Rodrigues, chefe de redação, revoltou-se contra tão prepotente ato e mobilizou a sua equipa para um protesto coletivo. Choveram cartas de demissão – 12 no total, das quais quatro foram aceites de imediato. Só metade dos contestatários respeitou até ao fim o compromisso de sair.

O único despedimento coletivo da história do jornalismo português da década de 1950, assim caracterizado por Fernando Correia e Carla Baptista na obra “Jornalistas: do ofício à profissão” (Caminho, 2007), passaria à ficção através da pena de Urbano Tavares Rodrigues, irmão do “cabecilha” da rebelião. No romance “Os Insubmissos”, o jornalista e escritor substituiu o título do jornal, que de *Diário Ilustrado* passou a *Ação Cultural*. Entre os “insubmissos”, os reais, figurava Carlos Veiga Pereira, coordenador do Suplemento Económico, que faleceu em dezembro passado, aos 91 anos.

Ao longo da carreira, Veiga Pereira protagonizaria outras situações em que sacrificou o emprego para preservar a coerência. Em 1961, no *República*, um grupo de jovens jornalistas manifestou ao diretor o desejo de que fosse dado mais fôlego à reportagem. A ideia de refrescar o velho jornal fundado por António José de Almeida, sempre disponível para funcionar como um aríete contra o salazarismo, foi inicialmente bem acolhida. No dia seguinte, porém, tudo mudou. Carvalhão Duarte comunicou a Corregedor da Fonseca, um dos subscritores da missiva, que a proposta representava «um sinal inaceitável de desunião dentro do jornal». O grupo terá sido, aberta ou veladamente, aconselhado a fazer as malas. Foram saindo progressivamente.

Veiga Pereira, que também se despediu, foi acolhido no *Diário de Lisboa*. Pouco tempo depois, seria um dos “culpa-

dos” de uma greve de solidariedade. Ele e José Sasportes acrescentavam às suas tarefas quotidianas de repórteres a crítica de cinema, sem usufruírem de qualquer compensação suplementar. A redação paralisou, mas seriam ambos despedidos. O desfecho levou quatro camaradas a desvincularem-se do jornal, por iniciativa própria: Urbano Tavares Rodrigues, Artur Portela (Filho), Vasco Pulido Valente e Renato Boaventura.

Os três episódios são bem reveladores do caráter do jornalista que detinha a carteira profissional número 01A. Veiga Pereira sempre aliou a firmeza à serenidade, perfil que o tornou talhado para a participação em órgãos da classe. Foi um dos seis jornalistas eleitos em abril de 1975, por sufrágio direto, para representar os profissionais no Conselho de Imprensa, onde exerceu funções, gratuitamente, até 1981. Voltaria a integrar uma entidade reguladora, a Alta Autoridade para a Comunicação Social, entre 1998 e 2005, ano em que foi extinta. Primeiro presidente, em 1991, do Conselho Geral do Sindicato dos Jornalistas, órgão criado na sequência de revisão estatutária, foi sucessivamente eleito até 2018. A sua opinião era ouvida com o respeito que se deve aos mais velhos e a reverência que se vota à sensatez.

UMA DÉCADA NO EXÍLIO

Carlos Alberto de Veiga Pereira, nascido em março de 1927 na cidade de Novo Redondo (hoje Sumbe), na então colónia portuguesa de Angola, era filho de um funcionário administrativo e de uma professora do ensino primário. A queda para a escrita, literária e jornalística, despontou nele precocemente. Ainda frequentava o Liceu Nacional de Salvador Correia, em Luanda, quando se tornou diretor e redator do *Mefisto*, um jornal produzido pelos alunos, que escapava à vigilância do corpo docente.

Na escola, privou com futuros dirigentes do MPLA, um dos movimentos que viria a bater-se contra o poder colonial, como Agostinho Neto, Lúcio Lara e José Eduardo dos Santos. Terá despertado aí a sua adesão ao ideário de independência dos territórios ultramarinos. Mais tarde, na Universidade de Coimbra, foi editor do *Via Latina*, jornal da Associação Académica, e diretor de *Meridiano*, órgão da delegação da Casa dos Estudantes do Império, primeira publicação editada em Portugal pelos estudantes das colónias.

O ativismo político manteve-se após a mudança para



Perfil de firmeza e serenidade tornou-o talhado para a participação em órgãos da classe

Lisboa. Aluno da Faculdade de Ciências, envolveu-se na Associação de Estudantes, e, como diretor da secção cultural, promoveu conferências de intelectuais e exposições de artistas plásticos, entre os quais Mário Dionísio, António Sérgio e Júlio Pomar, todos conotados com a oposição ao regime. Ao integrar-se no MUD Juvenil, ramo do Movimento de Unidade Democrática, arriscou. Ao ponto de ser preso, em 1951, juntamente com Agostinho Neto, por subscrever um abaixo-assinado. Dois anos volvidos, pagou caro o apoio aos movimentos de libertação, ao ser enviado, como soldado, para a Companhia Disciplinar de Penamacor.

A entrada efetiva nas fileiras do jornalismo ocorreu em 1954. Deu os primeiros passos na delegação de Lisboa do matutino portuense *O Primeiro de Janeiro* e, além dos vespertinos já citados, passou pelo *Jornal de Letras e Artes* e pela delegação da agência France Press em Lisboa. Pelo meio, colaborou – sem salário, por entender que se tratava de um dever cívico – na *Seara Nova*. Fazia parte do grupo que, na revista, deveria funcionar como órgão difusor da Revolta de Beja, se a insurreição desencadeada na noite da passagem de ano de 1961 para 1962 tivesse triunfado.

Nesse mesmo ano, partiu para um exílio político de uma década em França. Em Paris, onde representou a

Frente Patriótica de Libertação Nacional e fundou o Movimento de Ação Revolucionária, tirou o curso do Institut Français de Presse, que por essa altura se abriu ao ensino do Jornalismo. Colaborou no *Le Monde* e trabalhou no Centre de Formation des Journalistes e na ORT (Office de Radiodiffusion et Télévision Française), operadora pública de rádio e televisão.

De regresso a Portugal, em outubro de 1972, foi readmitido no *Diário de Lisboa*. Logo a seguir à Revolução, seria eleito chefe de redação pelos pares. Não tardou muito, porém, a transferir-se para o *Jornal Novo*, o primeiro diário fundado após o 25 de Abril. Nomeado diretor de informação da RTP, demitiu-se em 1976. A sua derradeira experiência profissional teve lugar na ANOP, antecessora da Agência Lusa, entre 1979 e 1992. Chegou a desempenhar o cargo de diretor de informação. E, quando o abandonou, não manifestou qualquer relutância em integrar o Conselho de Redação, de novo eleito pelos seus camaradas.

Não por acaso, o presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa apresentou Carlos Veiga Pereira, na hora do seu desaparecimento, como uma referência de “memória, cultura e valores éticos” no campo do Jornalismo. Seguir-lhe o exemplo constitui uma excelente homenagem. ■

José Queirós (1951-2019)

JORNALISTA (E CIDADÃO) DE CORPO INTEIRO

Joaquim Fidalgo Texto José Rocha Foto

“Jornalista de toda a vida”. Assim se apresentava José Queirós quando assumiu a função de Provedor do Leitor do *Público*, em 2010. A expressão assenta-lhe como a poucos: ao longo de uma vida profissional de quase 40 anos, com passagem por alguns dos mais prestigiados títulos da imprensa portuguesa, José Queirós - falecido a 15 de Fevereiro, no Porto - foi um jornalista de corpo inteiro, deixando-nos um testemunho ímpar de exigência, de seriedade, de rigor, de verticalidade, de apego ao interesse público, de independência de espírito, enfim, de aposta empenhada na possibilidade de uma cidadania mais ativa, mais participativa e mais crítica (porque mais e melhor informada).

Foi em 1977, n' *O Primeiro de Janeiro*, que se iniciou nas lides jornalísticas. Mas depressa se percebeu que, por um lado, o seu modo de estar na profissão se adequava sobretudo ao jornalismo de tipo "semanário" - informação aprofundada e contextualizada, interpretação, análise, enquadramento - e que, por outro lado, o seu perfil profissional era menos de repórter e mais de coordenador, de organizador, de... editor. Nisso, José Queirós mostrou ser absolutamente insuperável. Do que ele gostava mesmo (e tão bem fazia!) era de constituir equipas, de coordenar projetos, de gerir pessoas, retirando de todas elas o melhor que cada uma tinha para dar. Clarividente e exigente até ao limite, questionava sempre, pedia explicações, trocava argumentos, lia e relia os textos, tentava que não ficasse um único detalhe por confirmar ou uma dúvida por esclarecer. Editar era o que ele fazia como ninguém. Mostrou-o no *Expresso* (onde esteve de 1982 a 2002), no *Público* (a cujas redação e direção pertenceu de 1990 a 2002), no *Jornal de Notícias* (entre 2003 e 2008), como tão bem sabem as dezenas de jornalistas com quem trabalhou.

Tinha também um apurado sentido estratégico, patente no modo como "lia" a situação da Comunicação Social portuguesa das últimas décadas e do que considerava relevante para termos um jornalismo de mais qualidade e mais atento ao país todo. Foi assim que definiu alguns objetivos e trabalhou para os atingir. O mais destacado tem a ver com a



Do que gostava mesmo (e tão bem fazia!) era de constituir equipas, de gerir

importância que atribuía ao Porto - e, através dele, ao "país real", ao país para além de Lisboa, capital centralizadora. José Queirós deixou claro, desde o início, que era no Porto que queria ser jornalista, e que era ao Porto que queria conferir uma relevância e um protagonismo que nem sempre se lhe

reconhecia. E foi assim que, passo a passo, fez com que a representação do *Expresso* no Porto passasse, em apenas cinco anos, de uma só pessoa (ele mesmo) para uma verdadeira delegação com uma dezena de profissionais, capaz de fazer agenda própria, de ler a realidade envolvente, de ajudar a cobrir informativamente o país com a diversidade que ele requeria. E foi assim que, na sequência deste primeiro movimento (ocorrido entre 1983 e 1989), se deu um novo passo no mesmo sentido, mas ainda mais ambicioso: a contribuição para a criação de um novo jornal diário já não com uma sede (em Lisboa) e uma delegação (no Porto), mas com duas verdadeiras redações, dois polos complementares mas também em grande parte autónomos. Foi assim que surgiu em 1990 o *Público*, pensado e preparado ao longo de quase dois anos por

um grupo de nove jornalistas do *Expresso*, liderados por Vicente Jorge Silva e Jorge Wemans, nos quais se incluíam dois profissionais do Porto (o José Queirós e eu próprio). O jornal não teria nascido como nasceu sem a experiência anterior do *Expresso* no Porto, sem a massa crítica que a Norte se foi juntando e estimulando, sem o percurso desenhado e co-liderado pelo José Queirós.

Não quer isto dizer que os méritos deste inesquecível companheiro de trabalho (e de vida) se tenham ficado pela afirmação regional e pela contribuição para um maior protagonismo do Porto no panorama mediático, tanto em termos noticiosos como em termos de opinião publicada. O ponto de vista não era, nunca foi, o do Porto enquanto espaço regional fechado sobre si próprio, era o do Porto enquanto parte inteira de um todo nacional, em parceria equilibrada com os demais polos, e designadamente Lisboa. Embora a qualidade profissional de José Queirós seja mais conhecida a Norte (ele fugia quanto podia de reuniões em Lisboa...), o seu contributo para estas causas projetou-se no país. Isso mesmo pode perceber-se de modo exemplar no trabalho que desenvolveu enquanto Provedor

do Leitor do *Público*, de 2010 a 2012. Os textos que publicou revelam bem o seu olhar abrangente, preocupado com as questões vastas e complexas com que se debate o jornalismo no nosso tempo, tanto aqui como noutras latitudes. De resto, são textos que deixam patente uma outra faceta marcante de

José Queirós: a sua enorme capacidade de pensar os problemas, a sua perspicácia na análise e justeza na crítica, a sua exaustiva ponderação de prós e contras, o seu rigor na argumentação, o seu escrúpulo ético. São textos que vale a pena reler, pois continuam atuais e têm um enorme valor pedagógico.

As preocupações com o grupo profissional dos jornalistas, em termos institucionais, também não lhe passaram ao lado. Começou por se envolver na organização e dinamização dos primeiros encontros de jornalistas do Norte, e que de algum modo anteciparam o 1.º Congresso de Jornalistas Portugueses, realizado em 1983, em Lisboa. José Queirós pertenceu à sua Comissão Organizadora, o mesmo tendo sucedido no 2.º Congresso, em 1986. Neste, dedicado às questões da Deontologia, a sua intervenção foi muito relevante, designadamente na apresentação de um texto, intitulado "Propostas para um novo quadro deontológico", preparado e subscrito também por Jorge Alves, por Manuel Tavares e por mim próprio. As ditas propostas não só foram aprovadas como foram, no essencial, vertidas na resolução final do congresso. Aí se defendia, entre outros pontos, a existência de um Conselho Deontológico "escolhido por todos os jornalistas, e não apenas (...) pelos membros do Sindicato" e se preconizava que a carteira profissional deixasse (como deixou) de ser emitida pelo organismo sindical (uma "herança" do Estado corporativo). Tudo temas muito inovadores à época mas que o futuro haveria de mostrar como eram (e em parte ainda são) candentes e... urgentes!

Para além da vida profissional, José Queirós era também um grande conversador, um apaixonado dos debates e das discussões sobre os mais variados assuntos, desde a política nacional e regional aos assuntos internacionais (que acompanhava com enorme atenção), passando obviamente por jornalismo e comunicação, mas também por literatura, cinema, vinhos, história ou desporto - aqui com um carinho muito particular pelo seu querido FC Porto. Homem de vastíssima cultura, leitor compulsivo, conhecedor de tantíssimos assuntos, nunca deixava escapar a oportunidade de um encontro de pessoas à volta de uma mesa, com um copo de vinho bem escolhido (e um cigarro, já agora...), para longas e estimulantes conversas pela noite dentro, onde a banalidade não tinha lugar e o confronto intelectual se situava em níveis sempre elevados. Os que, em longas madrugadas depois do fecho do jornal, tivemos a sorte de partilhar com ele esses momentos, nem sabemos bem como arrumar a saudade do que por ali repetidamente aconteceu. Ele era, sentimo-lo bem, o melhor de nós todos.

Voltando ao princípio, evoco de novo o texto em que José Queirós se apresentou como Provedor do Leitor do *Público*. Explicando o que tencionava fazer naquele cargo, concluía: "Gostava de chegar ao fim e achar que valeu a pena". Abusando do contexto, permito-me alargar a referência a toda a sua vida, a vida que tanto amou. "Valeu a pena?" Se valeu, Zé! Valeu muito a pena. Muito.

Obrigado e até sempre. ■



peçoas

FERRO RODRIGUES

“ESFORÇO DE COMBATE ÀS FAKE NEWS NÃO PODE SER APENAS LEGISLATIVO”

Eugénio Alves e Paulo Martins Texto José Frade Fotos

O presidente da Assembleia da República elegeu o futuro do Jornalismo como um dos temas a debater por ocasião do 45.º aniversário do 25 de Abril. Em entrevista à JJ, mostra-se preocupado com o impacto negativo das *fake news* na evolução dos sistemas democráticos. Na sua ótica, o combate ao fenómeno não se esgota na ação legislativa; exige o envolvimento dos protagonistas da Comunicação Social. Ferro Rodrigues sustenta que se deve “avançar rápida, mas seguramente”, na tributação de plataformas digitais. Quanto ao apoio financeiro do Estado ao setor, admite ser um tema sensível: “Há sempre uma fronteira, do respeito pela liberdade de informação”. Não deixa, porém, de sublinhar a outra face da moeda: “É muito raro um político vilipendiado e caluniado por um órgão de Comunicação Social ganhar um processo judicial. Fui vítima disso em 2003 e 2004 e não esqueço”.



Anunciou o lançamento de uma reflexão sobre o futuro do Jornalismo e a qualidade do espaço público – foram estes os termos – nas comemorações do 45º aniversário do 25 de Abril. É de qualidade da democracia que estamos a falar, quando falamos de Jornalismo?

Talvez começando um pouco antes: vivemos todos o 25 de Abril. Já éramos ativos – e ativistas. E, efetivamente, para além da luta pela institucionalização da democracia, do fim da guerra colonial, da libertação dos presos políticos e do fim dos tribunais plenários e da PIDE, o 25 de Abril trouxe uma coisa muito importante: o fim da censura e a existência de Imprensa livre em Portugal. Isso foi, para todos nós, muito importante. Na altura, eu tinha 24 anos. Foi uma experiência nova, visto que, antes, para termos informação livre e plural – acesso a bons jornais e revistas políticas – tínhamos de nos deslocar pelo menos a França. Desde muito cedo, dos meus 15 anos, ia a Paris, Londres e Bruxelas, para respirar a liberdade – também a liberdade de Imprensa. E a possibilidade de comprar livros e revis-

tas que me apetecesse. Portanto, a existência de liberdade de Imprensa foi uma das grandes conquistas da Revolução de Abril. Passados estes 45 anos, o que se constata é uma gravíssima crise no conjunto da Comunicação Social. Constata-se, também, que com a comunicação difundida através da Internet e das redes sociais surge um conjunto de fenómenos que contribuem para se pôr em causa a democracia. Por isso, a qualidade da democracia está, evidentemente, ligada à existência de uma Imprensa livre, capaz de dar notícias que sejam verdadeiras, analisar os acontecimentos, contribuir para o debate plural e para a formação de uma opinião pública exigente. Neste momento, tudo isso está em risco.

Sente que Portugal ainda está a salvo do fenómeno das notícias falsas? Ou já começam a existir riscos?

Nós, Assembleia da República, pedimos à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) – e penso que está bem entregue – que se pronuncie sobre o fenómeno das *fake news* e apresente propostas de medidas a

tomar, de tipo legislativo, para combater esse fenômeno. Embora eu esteja pessoalmente convicto de que, por vezes, o problema não está nas leis; está na prática.

A questão não é legislativa, portanto.

Pode ser; não sei. Depende das propostas que vierem a ser apresentadas. Penso que é Mário Mesquita [membro do Conselho Regulador da ERC] que está a trabalhar nesse relatório. É uma pessoa com sensibilidade suficientemente forte para estas questões e com história na Comunicação Social, o que faz pensar que as propostas sugeridas por ele no terreno legislativo serão equilibradas.

Claro que não podem pôr em causa nem a concorrência entre órgãos de Comunicação Social, nem a liberdade de expressão. Considero absolutamente necessário que este esforço não seja apenas legislativo. As grandes plataformas eletrónicas – e sobretudo, aqui em Portugal, órgãos que têm maiores funções de regulação ou de contacto com a Comunicação Social, casos da Agência Lusa e da ERC, bem como os próprios diretores dos jornais, das rádios e das estações de televisão – devem fazer um grande esforço para que sejam inventariadas as *fake news* com grandes repercussões. Penso que esse exercício não é difícil. Podem medir-se as visualizações e o número de *likes* que essas notícias têm e realizar uma espécie de contra *fake news*. Isso não se faz por lei. Já há algumas experiências em curso, que são importantes, porque são as primeiras, como o [site] Polígrafo. Tem insuficiências, mas é uma primeira forma de combater as *fake news*.

Há experiências estrangeiras nesse domínio.

Sim, por essa Europa fora, muitos jornais e televisões têm as chamadas rubricas de “desintox”, destinadas a demonstrar que certas notícias não são verdadeiras e a expor os objetivos dessa informação falsa, muitas vezes políticos e ideológicos. Acho que pode haver um esforço institucional, mas têm de haver também um esforço grande por parte dos profissionais da área e dos responsáveis pelas plataformas mais globais do setor.

Não é um problema só das *fake*. A Google e o Facebook são concorrentes tremendos dos órgãos de Comunicação Social tradicionais. Eu, sendo jornalista, não resisto à curiosidade de consultar essas plataformas, embora compre o jornal todos os dias. Os leitores estão completamente “agarrados” a esses formatos. O presidente da República, na entrega dos últimos Prémios Gazeta, fez uma intervenção em que falou da crise. Ficou impressionado, porque todos os nomeados para o prémio – jornalistas de qualidade, cujos trabalhos foram valorizados – falaram dos efeitos da crise nas redações, do trabalho precário. Muitos ganham o prémio e, depois, não conseguem trabalho estável. À concorrência

dos meios digitais, junta-se a fragilidade das redações. E os diretores são escolhidos pelos empresários, que não estão preocupados com trabalhos de investigação. Dá lucro, muito bem. Não dá...

São questões de natureza diferente. A primeira, de que já falámos um pouco, é como combater a intoxicação resultante de notícias falsas, que pode ter uma influência gravíssima na evolução dos sistemas democráticos, também em Portugal. A segunda questão é como fazer frente à crise geral da Comunicação Social, devido a esse confronto com a redes sociais de vários tipos. Dizem-me que o

Facebook já está ultrapassado, que hoje em dia as pessoas vão muito mais ao Instagram, ao YouTube e ao WhatsApp. O primeiro problema é que há um ataque frontal à democracia, por grupos organizados; o segundo tem a ver com a deterioração da situação financeira e da capacidade de a Imprensa livre ter as respostas que tinha há 20 anos. É preciso adotar remédios de tipo diferente. A intervenção do Estado nessas áreas é sempre muito delicada. Há sempre uma fronteira, do respeito pela liberdade de informação. Por isso eu digo que há um papel necessário do Estado – através do Governo e da Assembleia da República –, mas é necessária uma resposta por parte dos profissionais e dos responsáveis empresariais dos

“Fazer repousar sobre o Estado a total responsabilidade por medidas, quer de ataque às fake news, quer de resposta à degenerescência da Comunicação Social e à situação financeira dos órgãos parece-me errado. Tem de haver uma corresponsabilização de quem está no setor”

“A intoxicação resultante de notícias falsas, que pode ter uma influência gravíssima na evolução dos sistemas democráticos”

diversos grupos. Porque há outra questão que é inaceitável: não se saber quem são os proprietários de determinados meios de Comunicação Social, que se sabe que praticamente não vendem nada e continuam a aparecer nos escaparates. É outra face desta moeda, uma situação muito pouco transparente.

...E explica muito a degradação e a fragilização.

Há quem diga: *fake news* sempre houve. É verdade, mas o problema é que hoje existem de forma organizada e para terem influência direta em eleições, nas sondagens e no prestígio deste ou daquele dirigente político. Vejam-se as notícias recentes sobre os “coletes amarelos” em França. Milhões de pessoas leram notícias falsas! Fotografias apresentadas como sendo das manifestações dos “coletes amarelos”, de cidadãos ensanguentados, que são de acontecimentos em Espanha. Isto exige que, atempadamente, haja quem mostre de forma clara, para a mesma plateia, que se trata de mentiras. Não são os políticos que o podem fazer. **Na recente conferência sobre *fake news* promovida pela Agência Lusa, apelou a um consenso acerca desta matéria.**



Aparentemente, aqui na Assembleia da República, esse apelo não foi correspondido. Foi apenas aprovada – e por maioria – uma resolução do PS.

É evidente que, em ano eleitoral, toda a gente quer colocar-se na vanguarda do tratamento das questões que estão mais na agenda, que são mais mediáticas. O trabalho que temos de fazer aqui é tirar conclusões, a partir do relatório da ERC. Devo dizer que sobre esta matéria a primeira pessoa que veio falar comigo foi a Catarina Martins, muito preocupada, porque as *fake news* também atingem o Bloco de Esquerda...

...Por exemplo com o caso do relógio de 20 milhões de euros... A questão é que, antigamente, a imprensa investigava e “respondia”.

Mas também há uma questão que tem a ver com a forma como os tribunais em Portugal sempre lidaram com, digamos, o equilíbrio entre a liberdade de expressão e de crítica e a calúnia, por exemplo. A minha ideia é que há um desequilíbrio muito grande. É muito raro um político vilipendiado e caluniado por um órgão de Comunicação Social ganhar um processo judicial, em nome exatamente da liberdade de imprensa e do facto de se dizer que alguém está na política porque quer e, portanto, tem de aguentar, mesmo que sejam calúnias. Tenho as maiores dúvidas de que isto deva ser assim, para a saúde do sistema democrático. Eu fui vítima disso em 2003 e 2004 e não esqueço. Há

coisas de que não me esqueço. Também foi na base de notícias falsas, com responsabilidades de quem as difundia e as espalhava por todos os meios. É que passam rapidamente de uma folheta qualquer para as televisões e para as rádios.

E hoje já não é preciso usar os meios tradicionais. Qualquer pessoa pode difundir informação.

Sim, hoje já não é preciso. É muito mais rápido e muito mais perigoso, mais difícil ainda de dar resposta. Sempre houve em Portugal um “jornalismo” que alimenta a inveja, o ódio, o medo, o sensacionalismo – que alimenta aquela ideia de que de um lado está o povo e do outro lado

estão “eles”, todos os políticos eleitos, direta ou indiretamente. Esse argumento de que de um lado está o povo e do outro lado estão “eles”, é o grande alimento do populismo. Com as redes sociais e a atomização dos públicos – que também têm pouca possibilidade de discutir uns com os outros, a não ser por

meio dessas plataformas em que nunca há aprofundamento de coisa nenhuma, um diz mata e outro diz esfolo – enfrentamos uma situação nova e grave. São necessárias medidas.

O plano de ação europeu para combater as *fake news* agrada-lhe?

“É inaceitável não se saber quem são os proprietários de determinados meios de Comunicação Social”



É preciso ver na prática como vai desenvolver-se. Acho muito difícil, sobretudo para combater as *fake news* provenientes das redes sociais, que não existam programas internacionais. Porque é possível estabelecer uma plataforma em qualquer país, até fora da Europa.

Os problemas que vivemos são, de facto, globais. Nos Estados Unidos, os jornalistas têm dificuldades. Em França, também.

Nos Estados Unidos, o fenómeno das *fake news* teve consequências ao mais alto nível. Como no Brasil. A democracia tem de tomar medidas de precaução e de prevenção.

A Comunicação Social é um bem público, como a saúde e a educação. Gostaríamos de saber a sua opinião: correspondendo o Jornalismo ao direito do cidadão a uma informação isenta, livre e transparente, o Estado deve procurar meios de apoiar os meios de comunicação que têm essa preocupação?

Como disse, há sempre aqui uma fronteira muito perigosa, linhas vermelhas em relação a quem apoiar e não apoiar, porquê, com que regras, com que transparência e com que decisores sobre o apoio a este e não àquele. É muito complicado, para evitar problemas com a liberdade de expressão e com a concorrência. Mas estou de acordo consigo: o “Quarto Poder” está hoje em grande crise, tal como outros três poderes. Fazer repousar sobre o Estado a

total responsabilidade por medidas, quer de ataque às *fake news*, quer de resposta à degenerescência da Comunicação Social e à situação financeira dos órgãos parece-me errado. Tem de haver uma corresponsabilização de quem está no setor a todos os níveis, desde quem injeta capital a quem trabalha nas redações. Lembro-me de que há uns anos, talvez 20, as transferências de jornalistas entre órgãos de comunicação pareciam do mundo de futebol, com os ordenados que se pagavam. Isso também deve ter contribuído, do meu ponto de vista, para a crise.

Contribuiu, também, para a divisão, nas redações, entre quem ganha muito bem e quem ganha muito mal... Antes do 25 de Abril, eram os bancos que controlavam os principais jornais. Após a Revolução, a capacidade de intervenção dos jornalistas aumentou. Os conselhos de redação tinham um papel decisivo na escolha dos diretores. Isso acabou...

Com a situação de precariedade muito forte, e de desemprego em algumas áreas, até qualificadas, do Jornalismo, as pessoas tendem a evitar o que possa ser motivo para não ser prolongado um contrato, para não continuarem com um vínculo, por mais precário que seja. A situação mudou muito.

“É muito raro um político vilipendiado e caluniado por um órgão de Comunicação Social ganhar um processo judicial. Tenho as maiores dúvidas de que isto deva ser assim, para a saúde do sistema democrático.”

Os jornalistas perderam força nas redações e isso reflete-se também na qualidade. Vemos jornalistas que fazem bons trabalhos de investigação e depois são marginalizados. Há jornais que não dão notícia sobre os Prémios Gazeta atribuídos aos seus jornalistas! Mas falemos do financiamento. Em vários países europeus, existem regimes de financiamento público da Comunicação Social, baseados em fatores que garantem transparência na atribuição. Já com Macron na presidência, a França determinou que os órgãos de comunicação perdem o acesso a subsídios estatais se não criarem um código deontológico próprio. Na Áustria, o número de jornalistas determina o apoio financeiro. Soluções deste tipo poderiam ser adotadas?

Soluções que sejam europeias, comportáveis do ponto de vista financeiro, que não ponham em risco as duas questões de princípio que enunciei – da concorrência e da liberdade de informação – e que tenham provado bem noutros países, não vejo por que não possam surgir iniciativas do Governo ou dos grupos parlamentares no sentido de serem introduzidas. O relatório pedido à ERC é sobre as *fake news*. Possivelmente, terá de se seguir a esta uma segunda fase, sobre esse domínio. Como disse, antigamente eram os bancos que controlavam os jornais. Agora, temos grupos – alguns aparentemente falidos. E casos em que não se sabe exatamente quem são os capitalistas...

Essa questão da transparência é muito sensível, na sua opinião?

É. Na legislatura anterior, o PS apresentou aqui na Assembleia propostas que foram todas chumbadas. Agora, não se percebe bem por que é que o Governo ou o grupo parlamentar do PS não procuram ir no mesmo sentido, de obrigatoriedade de clarificação de quem são os acionistas. É evidentemente que, havendo tanta comunicação que não é a tradicional, a coisa pode não ter um impacto total, porque não apanha blogues, websites e coisas parecidas. Mas pode ser um primeiro passo.

O Clube de Jornalistas atribui há 15 anos um prémio à Imprensa regional. Temos sensibilidade para essa área. Há órgãos locais e regionais com jornalistas profissionais de qualidade. Muitos têm essa queixa acerca da ausência de apoio do Estado. São jornais lidos nas comunidades, que têm reportagens, boas histórias. É mesmo a Imprensa escrita que resiste.

Isso não é conhecido. Talvez o Clube de Jornalistas possa apurar quantos portugueses leem efetivamente jornais, contando não apenas jornais nacionais, mas também regionais.

São mais lidos!

Talvez por aí se conclua que a dimensão da catástrofe não é tão grande.

A Imprensa regional tem uma dimensão que ultrapassa a nacional.

Faz-me imensa confusão que jornais ditos de referência vendam entre 10 e 20 mil exemplares. Se calhar, estou a ser otimista... Isso era o que vendia o *Esquerda Socialista* [órgão oficial do extinto Movimento de Esquerda Socialista] a seguir ao 25 de Abril. Eu, como presidente da Assembleia da República, tenho procurado sensibilizar os grupos parlamentares e o Governo para a necessidade de tomarem iniciativas, apresentarem propostas, para isto não ficar sempre como é costume em Portugal: muita conversa e pouca ação.

Voltemos à desinformação. Acha suficiente a iniciativa europeia de autorregulação, destinada a incentivar as grandes plataformas a adotarem códigos de conduta e de boas práticas.

A dimensão do problema é de tal maneira grande e de tal maneira internacionalizada que não é suficiente. Mas podem ser passos na direção certa. Quando há conhecimento de que determinado boato está a ser propagado em diversas plataformas da Internet, a Comunicação Social tradicional tem obrigação de denunciar. Isso não é pôr em causa a liberdade de Imprensa; é pôr em causa a distorção e a mentira. Recentemente, li o artigo de uma pessoa, cujo nome não me interessa referir, que dizia que o combate às *fake news* surge porque se quer uma nova censura e

padronizar e governamentalizar toda a comunicação. É a loucura a atingir níveis de marginalidade!

Uma intervenção da entidade reguladora pode ser interessante ou há esse risco de ser interpretada como censória?

Houve sempre muita polémica com as decisões da ERC, o que é normal, independentemente das direções. No caso concreto do relatório que pedimos, é algo a montante. Mas a ERC, se peca, é por falta de intervenção, do meu ponto de vista. Acontecem coisas inaceitáveis todos os dias, até nas televisões de referência, e não há uma palavra da ERC em cima dos acontecimentos. Só quando há queixas, que demoram imenso tempo a ser apreciadas. Aqui, demorou-se praticamente dois anos a reunir consenso em torno da ERC. Houve quem entendesse que a solução proposta era equilibrada e positiva. Nestes aspectos de transparência, de fusões e de compras de grupos de comunicação por outros, o papel preventivo e sobretudo de informação ao país por parte da ERC deveria ser mais forte. Mas não quero tecer críticas a um órgão que foi eleito pela Assembleia da República.

...Órgão que, depois de eleito, é independente. Deixe-me



colocar outra questão. Disse em entrevista à RTP, ao Vítor Gonçalves, esperar – e cito – que “daqui a uns anos possamos voltar a ter o gosto de ler jornais”. Não receia ser considerado um pouco bota de elástico?

Não estou convencido de que um projeto jornalístico de qualidade e que não seja chato não possa mobilizar os jovens. Tem de ter estas duas características, para chegar às pessoas. Como dizia o Vítor Gonçalves, isto pode ser uma descida aos infernos que não tem paragem. Mas também pode ser um ciclo, ao qual se seguirá um novo tipo de Jornalismo.

É muito interessante constatar que depois de um período inicial difícil, quer o *Washington Post*, quer o *New York Times* aumentaram as vendas. Provavelmente em reação à eleição de Donald Trump, mas aumentaram as vendas.

Aí também há esse fator de mobilização por aversão política, digamos assim, que é importante. O mundo transforma-se de maneira tão rápida, é de tal maneira alucinante o ritmo das transformações tecnológicas e até de pensamento! E essa lógica das redes sociais, em que as pessoas tendem a responder imediatamente, sem pensarem sequer, dá origem a disparates brutais, até de pessoas com responsabilidades políticas. Cada pessoa que tem uma conta do Facebook, no WhatsApp ou no Twitter é, agora, um órgão de comunicação. É ele próprio o “Quarto Poder”.

A concorrência de plataformas como o Google é tremenda para os órgãos tradicionais...

É evidente que há muito a fazer no sentido de obter mais receitas para os estados, através de taxas sobre essas plataformas que hoje em dia gozam de uma impunidade total. Para haver mais apoios, que são despesa, tem de haver receitas novas, que têm de se ir buscar onde existem.

O que pensa da tributação, em Portugal, das plataformas digitais, à semelhança do que já acontece noutros países europeus?

Penso que se deve avançar rápida, mas seguramente, nesse sentido.

O problema também é de acesso à publicidade. Esses meios têm publicidade, em prejuízo dos outros.

E há também a questão da publicidade institucional, que deve respeitar cuidados de transparência, mas também de seleção. O Estado não pode atuar como se fosse tudo a mesma coisa. Empresas ou órgãos de comunicação que tenham sido condenados por abuso de liberdade de Imprensa, como se dizia antigamente, não me parece que tenham condições para beneficiar de publicidade institucional, porque aí mistura-se o Estado, que deve ser pessoa de bem, com pessoas de mal. Sobre todos estes assuntos, ainda estamos no princípio da descoberta das respostas. O completar das respostas vai demorar algum tempo. Ninguém pode esperar, por truques de mágica, que as leis resolvam por si só estes problemas. Podem ajudar a resolver, mas num contexto muito mais global e alargado. ■



PORTUGAL
**GLOBAL
TEACHER
PRIZE**



**fundação
galp**

OBRIGADO PROFESSOR POR NOS ENSINAR A EXPERIMENTAR

A FUNDAÇÃO GALP É A PRINCIPAL PARCEIRA DO GLOBAL TEACHER PRIZE EM PORTUGAL. QUEREMOS RECONHECER OS PROFESSORES PORTUGUESES PELO SEU PAPEL FUNDAMENTAL NO FUTURO DO NOSSO PAÍS.

FUNDACAOGALP.COM

[#FUNDACAOGALP](https://twitter.com/FUNDACAOGALP) [#TEACHERSMATTER](https://twitter.com/TEACHERSMATTER)



Venezuela, assim na terra como no céu

Território, recursos, fome e fartura dividem a Venezuela em trincheiras. Da promessa da "revolução bonita" e de uma terra sem amos sobram velhas demagogias, ambições e até oligarcas de outrora, inspirados de fora. Estas imagens de **Lucília Monteiro**, uma das fundadoras da *Visão* e a mais antiga fotojornalista em atividade, têm 16 anos. Mas o céu e a terra não mudaram de lugar. Hoje, como ontem, a fé toma partido. Farsa, tragédia ou redenção, a Venezuela vigente ou que vier estará abençoada. Por isso, estas são "fotos para ler", como a autora reivindica. Para ler o presente e, quem sabe, o futuro. De preferência, bem passados. **Miguel Carvalho**













O LOCUTOR DE RÁDIO QUE FOI INFORMADOR DA PIDE

No início da década de 1960, muito do que se passava na Rádio Renascença era filtrado para a sede da polícia política. A documentação de vários arquivos e as memórias orais de diversas testemunhas ajudam a lançar luz sobre a identidade de “Sirius”, o informador da Renascença.

Gonçalo Pereira Rosa Texto Luís Taklim Ilustração

“**V**amos, rapaz, assina listas, faz marchas de protesto, lança manifestos, briga, para que dêem liberdade a Fulano. Mas, sobretudo, para que sejam libertados todos os prisioneiros de todas as masmo-

rras invisíveis. Pois eu, vosso Deus, livres vos fiz e livres vos deixo”. A luz de presença na cabina de som apaga-se, sinalizando que o cubículo já não está a transmitir. Passam poucos minutos das 21 horas do dia 29 de Julho de 1964.

Durante mais de dez minutos, o jovem locutor estagiário estivera sozinho na cabina. No alinhamento, estava previsto que lesse, como de costume, apenas durante cinco minutos, mas as quatro páginas seleccionadas tomam-lhe mais tempo do que previra. Nesse intervalo, lê com convicção uma apologia da luta pela liberdade de pensamento, de comício e de afixação de propaganda. Termina com as palavras finais do capítulo de *“Poemas para Rezar – Quando Toda a Vida É uma Oração”*, a tradução brasileira da obra de Michel Troirt. Ligeiramente transpirado, Jorge Schnitzer talvez esboce um sorriso pelo ataque ao regime que abomina difundido no potente emissor da Rádio Renascença.

Contrariando o protocolo, estivera ao microfone sem um locutor sénior a acompanhá-lo. Ninguém adivinhara o risco e, verdade seja dita, passam alguns minutos até soar o primeiro sinal de anormalidade. “As linhas ficaram entupidas com tanta gente a ligar e aplaudir – muito mais do que eu esperaria. Aquilo tornou-se um comício. O telefonista de serviço, Manuel Martins, irmão de João Martins, o produtor da Renascença, estava apavorado. Disse-me: ‘Vai já para casa. Daqui a 5 minutos, a PIDE vem buscar-te. Não sabes o sarilho que arranjaste!’”, conta agora Schnitzer, no Estoril.

Cabendo-lhe o período radiofónico logo após a transmissão da missa e terço da Basílica de Nosso Senhor dos Mártires, com pouco para fazer na cabina, o jovem locutor decidiu inspirar-se na mais fantástica emissão de rádio que ouvira, o rastilho que detonara em si a vontade de trabalhar neste meio. Em Junho de 1958, Matos Maia inspirara-se na adaptação de *“Guerra dos Mundos”*, que Orson Welles produzira para a CBS, e fez um programa semelhante na Renascença, relatando a chegada de marcianos à serra de Sintra. Foi detido pela PIDE devido ao pânico causado no país. Schnitzer não tinha os meios de que Matos Maia dispusera: “Eu, um rele estagiário, tinha apenas um microfone e um livro”, brinca. Mas usou-os à sua maneira. Hoje, reflecte sobre o risco corrido: “Quería sobretudo vingar o meu pai [Carlos Óscar da Silva] e o Fernando Pessa, que aqueles senhores tinham atirado para o desemprego sem terem cometido qualquer crime. Fui tão naif que nem percebi que me arrisquei a passar pelo mesmo...”

Nos bastidores da estação, o caso é comentado no dia seguinte. Monsenhor Lopes da Cruz, pároco dos Mártires

e um dos proprietários da Rádio Renascença desde a subscrição pública que permitira a fundação da emissora católica, é seguramente um dos homens mais preocupados. Como documenta Rogério Santos, o historiador da rádio em Portugal, “havia delegados do governo nomeados para todas as estações desde a Segunda Guerra Mundial. No caso da Renascença, porém, o censor escolhido faleceu pouco depois da nomeação e, por inércia, não foi nomeado outro. A Renascença esteve nesse limbo até aos anos 1970”. Lopes da Cruz vivia com o receio permanente de que algum incidente pudesse servir de pretexto ao Secretariado Nacional de Informação para remeter novo censor para o n.º 5, 2.º esquerdo da Rua Capelo, em Lisboa. Desconhecia, porém, que na Renascença existia desde o final dos anos 1950 uma figura bem mais eficaz. Dois dias depois, a PIDE já tem informação sólida sobre o incidente.

“SIRIUS”, UM PERCURSO ESTRANHO

A identidade dos muitos informadores da polícia política era codificada através de um pseudónimo que permitia ao agente que geria cada fonte esconder de olhares indiscretos o nome dos seus contactos. Em muitos casos, depois da Revolução, não se encontraram documentos de contrafé que permitissem à Comissão de Extinção da PIDE ligar nomes a informadores. “Sirius” é o nome atribuído (ou escolhido pelo próprio) ao locutor Luís Filipe Aguiar, de acordo com as conclusões da Comissão de Extinção no seu acórdão final de 1982 e com a documentação agora reunida por esta investigação.

Há uma certa volúpia dramática na escolha da estrela mais brilhante do céu nocturno para identidade de um homem da rádio, habituado a preencher os serões da emissão. Pelos vários processos encontrados no labiríntico arquivo dos ficheiros da polícia política, conservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, constata-se que “Sirius” remeteu para a Rua António Maria Cardoso relatórios sobre o quotidiano da Renascença pelo menos desde 1962. São documentos bem escritos, mordazes e que, com frequência, misturam notas sobre porte político dos trabalhadores da estação com pormenores da vida íntima, da sexualidade e das finanças de cada um. Nas mãos erradas, constituiriam certamente um elemento eficaz de pressão.

“Sirius” é a consciência moral do regime no seio da emissora católica. Dá conta do risco da cedência de espaço da Renascença a estúdios privados, que alugam o *slot* horário e vendem publicidade para custear a operação. Denuncia um dos locutores do programa “Onda Juvenil”. Expõe o “perigo” de o programa “Alvo” ser “feito em directo e sem possibilidade de qualquer censura prévia”. Chama a atenção para o programa “Meia Hora Para Si” e, sobretudo, para o programa “Éxito”, dos estúdios com o mesmo nome, onde colaboram quatro enigmáticos autores de crónicas, identificados apenas como os senhores A, B, C e D. “É de toda a conveniência procurar saber-se quem são (...) os colaboradores deste programa com uns

82

INFORMAÇÃO "SIRIUS"

Na emissão de 29 do mês de Julho corrente, de RÁDIO RENASCENÇA, na rúbrica "MEDITANDO", difundida às 20,55 horas, foi lido um capítulo do livro "POEMAS PARA REZAR - QUANDO TODA A VIDA É UMA ORAÇÃO", da autoria de MICHEL THOIRT - edição brasileira, capítulo intitulado "LIBERDADE PARA ???", que faz a apologia da luta pela liberdade de pensamento, havendo sido difundido entre outras frases as seguintes: que para alcançar a liberdade, se deverá - formar grupos; fazer comícios; editar panfletos; escrever nas paredes; etc.

Tal emissão provocou inúmeros telefonemas para aquela estação de Rádio, de aplauso e felicitação à doutrina defendida pela rúbrica em causa.

Está-se a diligenciar no sentido de se conseguir um exemplar do citado livro, para uma melhor e completa apreciação do assunto desta informação.

31/7/64

A primeira denúncia de "Sirius" sobre a rubrica "Meditando" e a leitura feita ao microfone da Renascença de um livro subversivo [Arquivo Nacional da Torre do Tombo]

115

CONFIDENCIAL

Exm. Senhor Director do Rádio Renascença, Lda

1.257-CI(2)
Secção Central

L I S B O A

Havendo sido chamada a atenção desta Polícia para a rúbrica "Meditando" da emissão das 20,55 horas, do dia 29 do mês de Julho findo, dessa estação de rádio, em que foi lido parte de um capítulo do livro "Poemas para rezar", da autoria de Michel Quoist, tenho a honra de solicitar a V.Ex. se digne informar esta Direcção dos motivos que originaram a selecção daquele texto para a citada rúbrica "Meditando", bem como da identidade do indivíduo responsável por tal escolha, uma vez que a maneira como foi feita a leitura do capítulo em causa prestou-se a especulação de natureza política.

Agradecendo antecipadamente a atenção que V. Ex. se dignar dispensar a este assunto, aproveito a oportunidade para apresentar os meus melhores cumprimentos.

A BEM DA NAÇÃO

Lisboa, 5 de Agosto de 1964

O DIRECTOR,

No dia 5 de Agosto de 1964, o director da PIDE interpela a direcção da Rádio Renascença, exigindo pormenores sobre a emissão de 29 de Julho [Arquivo Nacional da Torre do Tombo]

126

Rádio-Renascença
RADIOGRAFIA PORTUGUESA

CONFIDENCIAL

Lisboa, 25 de Agosto de 1964

Exm. Senhor Director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado
LISBOA

V. Ex.ª

V/Refª Nº 1.306-CI (2)
Secção Central

Apresentamos a V. Ex.ª os nossos agradecimentos pela carta confidencial de 13 do corrente, recebida a 18.

Penhorou-nos em especial a espontânea ressalva inicial referente ao Director da Rádio Renascença.

Na noite de 29 de Julho, à hora do "Meditando", estava de serviço o locutor estagiário Jorge Bento Schnitzer da Silva. Novo ainda, estudante, com a simpatia dos colegas, trouxe como principal recomendação o ter trabalhado na Rádio Universidade.

Interrogado após a recepção da carta de V. Ex.ª de 5 do corrente, afirmou categórica e peremptoriamente que o capítulo fora lido na íntegra, sem sublinhar qualquer palavra ou frase e que os capítulos anteriores foram lidos nos dias imediatamente anteriores, o mesmo sucedendo com os seguintes.

Tudo foi confirmado pelos outros intervenientes nas emissões. Foi resultado dessa investigação a nossa carta de 7 do corrente.

Em face das afirmações contidas na carta de V. Ex.ª de 13 do corrente, de novo o interrogámos. Confirmou em absoluto, até por escrito e diante de testemunhas, as declarações anteriores. Tomamos a liberdade de juntar o documento por ele escrito e assinado.

RECIBIDO EM 29/8/64

POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO
SERVIÇOS DE SEGURANÇA
ENT. 025907 Rec. 26 AGO. 1964
SECÇÃO CENTRAL

Monsenhor Lopes da Cruz fornece à PIDE o nome de Jorge Schnitzer como autor da emissão crítica [Arquivo Nacional da Torre do Tombo]

Declaro que, estando de serviço como locutor - estagiário da Rádio Renascença no dia 29 de julho passado, li cerca das 21 horas, e pareceu a mim ouvir "Meditando", todo o capítulo "Liberdade para todos" do livro "Poemas para Rezar", desde a página 122 (inclusive) até à página 125 (inclusive).

A leitura foi feita na íntegra e com naturalidade.

Lisboa, 19 de Agosto de 1964

Prof. Bento Schnitzer da Silva

Assinatura e assinatura deste documento:

Maria Helena dos Santos Almeida Lopes de Sá

Monsenhor Lopes da Cruz

A "confissão" manuscrita na Renascença e que Jorge Schnitzer foi forçado a assinar [Arquivo Nacional da Torre do Tombo]

apontamentos que são, alguns, autênticos tratados de doutrinação comunista”, nota num relatório extenso de 8 de Agosto de 1963.

João Paulo Guerra, actual provedor do ouvinte da RTP, foi estagiário da Rádio Renascença entre 1962 e Outubro de 1963, altura em que saiu para o Rádio Clube Português. Amplamente visado por “Sirius”, sorri quando escuta as dúvidas do informador sobre a identidade dos cronistas do “Êxito”. “Não era propriamente um segredo de estado, mas também não se divulgavam abertamente os nomes. Usavam esses pseudónimos porque já estavam proscritos pelo regime. Soube quem eram por confidência do Fernando Santos, um técnico de cinema ligado ao programa. O senhor A era Alves Redol e o senhor B o Baptista-Bastos [“Sirius” virá a descobrir estes dois]. O senhor C era o escritor Cardoso Pires e o D o poeta e jornalista Daniel Filipe”, diz, em entrevista conduzida agora no Saldanha. “Lembro-me que Fernando Santos anunciava a rubrica como ‘as pequenas crónicas do banal’”.

As motivações de um informador podem resultar de objecções morais ou ideológicas ou de motivos mais fúteis. Nunca se saberá verdadeiramente o que motivou Luís Filipe Aguiar a produzir estas confidências. O seu percurso sinuoso, porém, apresenta pistas peculiares. Aos 17 anos, em 1943, tem uma primeira experiência radiofónica no Clube Radiofónico de Portugal. Em 1945, quando Artur Agostinho abandona a Rádio Peninsular e aceita o convite da Emissora Nacional, Aguiar substitui-o. Tem 19 anos e parece lançado para uma carreira radiofónica que é cortada pela raiz pelo serviço militar obrigatório.

Passa parte da recruta na Figueira da Foz até 1948 e candidata-se no ano seguinte a ingressar na polícia política, que entretanto trocara a sigla PVDE por PIDE, num disfarce de conveniência. A informação que os serviços registam sobre a sua conduta confirma a idoneidade do candidato, embora, até então, “não se tenha filiado em organismos de apoio à Situação”. É aceite como agente auxiliar, mas permanece a dúvida sobre o tempo que se manteve nos quadros da PIDE durante esta primeira experiência.

Numa rara entrevista que o locutor concede à revista *Rádio e Televisão*, em 24 de Outubro de 1964, conta que fez um interregno de quatro anos na rádio para desempenho de funções “que talvez antes não fossem projecto. Exerce o lugar de correio diplomático”, faceta que os colegas da época se lembram de o ouvir narrar, com alguma fantasia à mistura. “Na Renascença, dizia-se que ele era ou tinha sido da PIDE. Era visto com frequência com agentes da organização no Chiado”, lembra Schnitzer. “Nunca fiz caso disso até ao incidente de 1964. Aí, comecei a prestar mais atenção e cheguei a avistá-lo um dia, na rua da Renascença, com a forma de um revólver dissimulado na gabardina.”

A vida leva Aguiar para a Índia em 1954, aparentemente afastado das vicissitudes da polícia. “A primeira paixão torna-se mais activa. Na Emissora de Goa, o locutor volta

a lançar a voz nas ondas hertzianas, transmitindo para a metrópole”, prossegue o mesmo perfil. Dois anos depois, em 1956, acaba por ingressar na Rádio Renascença e é novamente fisgado pelo regime. Torna-se informador ou talvez nunca tenha deixado de ser agente da organização. Numa informação assinada erradamente como “Cirus” e datada de 9 de Abril de 1963, debruça-se de novo sobre o programa “Êxito” e profissionais associados. Quando chega ao nome de Luís Filipe Aguiar, o documento refere sumariamente: “Ex-agente da Polícia Internacional”. É o seu cartão de visita.

O INCIDENTE

Em poucas horas, Luís Filipe Aguiar comprova que o locutor de serviço durante a rubrica “Meditando” foi Jorge Schnitzer, recém-contratado à Rádio Universidade. Segue-se uma troca de correspondência entre a direcção da PIDE e a da Renascença, com a vantagem evidente para a polícia de saber com pormenor o impacto que as suas cartas rogatórias produzem no espírito de monsenhor Lopes da Cruz. Como “Sirius” já notara em 1963, “como que impulsionado por uma mola, monsenhor Lopes da Cruz, prior da Freguesia dos Mártires e proprietário desta estação emissora, reagiu prontamente”. “Logo após a recepção do citado ofício, foi dada ordem para que, durante as emissões diárias e em espaços de duas em duas horas, fossem lidas frases patrióticas tiradas do último discurso do Senhor Presidente do Conselho, facto que causou desgosto geral entre locutores e até alguns sacerdotes que ali prestam serviço (...) O desgosto atingiu o auge quando monsenhor Lopes da Cruz enviou para a cabina de gravação duas palestras de sua autoria sobre o Ultramar, enaltecendo as qualidades do Presidente do Conselho”. À falta de outro voluntário, as palestras são gravadas com a voz de Luís Filipe Aguiar.

Desta vez, a situação é mais perigosa. Silva Pais, o director da PIDE, indaga no dia 5 de Agosto de 1964 os nomes do locutor que leu o texto e do indivíduo que escolheu a obra em causa. Alega “que a maneira como foi feita a leitura do capítulo em causa prestou-se a especulação de natureza política”. Lopes da Cruz está encurralado e conta, no dia 7, que a escolha das obras cabe ao padre Joaquim Eduardo Vicente, “encarregado da censura religiosa e moral dos nossos programas”. Explica que a obra começara a ser lida há vários dias e que fora mera coincidência a leitura recair no dia em que o padre Vicente, cedido pelo bispo da Guarda, já se encontrava de férias.

Silva Pais insiste. É a ocasião ideal para regular a emissora católica. No dia 13, sublinha com rispidez que o “assunto respeitante à emissão da rubrica Meditando (...) encontre-se longe de estar esclarecido”. E usa a informação que “Sirius” acumulara sobre os profissionais da Renascença: “Dado que esta polícia possui informações que indicam que uma grande parte dos empregados e colaboradores da Rádio Renascença, além de serem elementos anti-católicos,

são também adversários da política do governo da Nação”, solicita a entrega da documentação completa sobre todos os colaboradores da rádio, a pretexto de uma avaliação da identidade moral e política de cada um.

É o xeque-mate. No dia 25, Lopes da Cruz nomeia Jorge Schnitzer, locutor-estagiário, como o autor da tropelia. “Novo ainda, estudante, com a simpatia dos colegas, trouxe como principal recomendação o ter trabalhado na Rádio Universidade”, escreve. Força o locutor a assinar uma confissão que anexa ao auto (“Nem sequer fui eu que a escrevi – só assinei”, conta Schnitzer. “Lembro-me de achar que tinham sido burros por aceitarem aquela justificação. Era óbvio que não podia ter lido quatro páginas de um livro em 5 minutos”. A emissora remete sete páginas com uma lista exaustiva de funcionários em Lisboa e no Porto e promete juntar listas “de tipógrafos e pessoal de escritório das nossas oficinas gráficas, da Rua Duques de Bragança”, se a PIDE assim o desejar.

Lopes da Cruz coloca o destino de Jorge Schnitzer nas mãos da polícia. “Se for o nosso funcionário quem erra receberá a punição que merece”, escreve. Ao mesmo tempo, faz saber a Silva Pais que tem conhecimento de que existe pelo menos um informador na sua estação. “Se for o informador da polícia que V. Exa. dignamente dirige, pedimos o favor de mandar averiguar se se trata de equívoco ou de má fé e de proceder como achar justo”.

Lopes da Cruz não perde a oportunidade de expressar a mágoa pela acusação de reunir no seio da estação que fundara em Janeiro de 1937 elementos contrários à fé católica. A resposta é, aliás, um tratado de pensamento politicamente correcto. “Não é dos mais saneados o meio radiofónico”, diz. “Temos, porém, o cuidado possível na selecção. Mesmo assim, talvez ande por aqui um ou outro elemento duvidoso (de vez em quando somos forçados a despedimentos). Mas que grande parte seja anti-católica e anti-política do actual governo... seria [um] abuso intolerável”. Fora um duro golpe no principal obreiro da emissora católica, o homem que se batera pela fundação da Renascença, certo, como dizia numa entrevista à *Rádio e Televisão* em 9 de Junho de 1962, que “sem público, não se pode fazer apostolado”.

No final, Lopes da Cruz consegue amainar a tempestade. O governo só nomeará um censor oficial para a Renascença após a morte do prior dos Mártires, em 1969. Durante muito tempo, a fórmula original da programação funciona à base de serviços religiosos, de programas de música ligeira (“tendo o cuidado em não lançar para o ar música que favoreça o sensualismo e deforme a vontade e a mentalidade”, explicava monsenhor em 1962) e de um serviço informativo *sui generis*. “Enquanto estive na Renascença, o serviço matinal era peculiar”, lembra Jorge Schnitzer. “O ardina entregava todos os dias o jornal *O Século* nas instalações da rádio. O locutor de serviço recortava títulos de *O Século*, colava em folhas de papel e depois, às 8 e pouco, lia aquilo e assinava para se saber o

que tinha lido. Não se podia ler o desenvolvimento de nenhuma notícia”. João Paulo Guerra lembra, aliás, um episódio em que, por pirraça, uma locutora “leu explicitamente tudo o que dizia o título de *O Século*, incluindo uma passagem que dizia ‘em cima, na gravura’”.

EPÍLOGO

A carreira de Jorge Schnitzer prossegue na rádio, meio onde o pai se celebrizara também durante a Segunda Guerra Mundial como autor dos textos lidos por Fernando Pessa no serviço de locução portuguesa da BBC, em Londres. Pontualmente, a “mancha” de 1964 emerge na sua carreira. Prejudica-o num concurso de admissão para locutores da RTP em 1971, apesar de já ser na altura colaborador da estação e produtor de um programa quinzenal – actividades porventura consideradas “menores” pelo que não terá sido pedido *agrément* à PIDE. Schnitzer começou por ser *pivot* do programa semanal “O Dia do Senhor”, sentado ao lado do futuro cardeal patriarca António Ribeiro. Anos mais tarde, produziu o programa musical “Pop-25”, que esteve quinzenalmente no ar durante anos. António Ribeiro, aliás, não hesitará em recomendar o seu jovem “colega” a António dos Reis, director da revista *Flama*, com o qual Schnitzer criará o programa “Página Um”.

O programa é criado como serviço de informação, mas mantém essa dimensão durante pouco tempo. “Monsenhor Lopes da Cruz decretou pouco depois que o programa (que ia para o ar no mesmo horário do *Telejornal*) apenas poderia dedicar-se à música, sem o dedo dos ‘comunistas da *Flama*’, como ele dizia”, conta Schnitzer. O locutor abandona a Renascença em solidariedade com João Martins, que “decidira não suportar mais a ‘sacristia’ da Rua Capelo”, conta.

Como resultado directo da controvérsia de Julho de 1964, a Renascença implementa um sistema que força cada locutor da rubrica “Meditando” a ler uma passagem definida das obras seleccionadas e a rubricar depois o trecho lido “para não haver mais nenhum ‘chico-esperto’ a seleccionar trechos fora da manada”, ri-se Schnitzer. Provocador, o jornalista ainda fará nova experiência: “Mais tarde, com outro livro, vi novamente um trecho que me pareceu controverso. Fiz um cálculo. Se o livro comesse a ser lido na página X no primeiro dia, chegaríamos à passagem que me interessava no dia que me cabia ler. Ninguém poderia dizer que tinha sido propositado. Não houve polémica nessa segunda ocasião”.

Desde 1963, Jorge Schnitzer faz carreira paralela no jornal *A Bola*, como redactor, “nos anos mais importantes do jornal, rodeado de alguns dos melhores jornalistas desportivos do país”. No início dos anos 1970, quando já não pode adiar mais o serviço militar obrigatório, reemerge o currículo político duvidoso e o seu nome acaba por ser passado como batata quente dos quartéis de Lisboa e Mafra para Santarém, até chegar finalmente ao Porto. “Numa



Conhecem-se algumas fotografias de Luís Filipe Aguiar, sobretudo do período em que foi locutor na Rádio Renascença. No arquivo da revista *Rádio e Televisão*, constam também várias entrevistas e fotografias de Jorge Schnitzer e esta primeira página de Setembro de 1965 [Arquivo “Rádio e Televisão”/Biblioteca Nacional]

ocasião em que fui pedir autorização para sair de Portugal em serviço para *A Bola*, um inspector voltou a falar-me das companhias perigosas e lançou a ameaça velada: ‘Veja lá, com a profissão que tem, isto muda num instante. O seu pai também foi despedido num abrir e fechar de olhos. O senhor pode acordar e já estar no Ultramar’”.

A revolução de Abril permite que o mancebo já não vá para África. A nova RTP fecha-lhe as portas, exigindo um compromisso de filiação partidária na Extrema-Esquerda. “Tinha imposto a mim mesmo que nunca me filiaria num clube desportivo nem num partido político. Cumpri as duas regras”, diz. Em 1992, aceita o repto de Emídio Rangel e torna-se o primeiro director do Desporto da SIC, onde será responsável pelos programas mais ressonantes da matéria nessa década, com os *Donos da Bola* à cabeça.

Sabe-se menos sobre o resto da biografia de Luís Filipe Aguiar. Em 1970, quando o jornalista João Alferes Gonçalves ingressa na Rádio Renascença, “ele já não está, embora se contassem histórias sobre o locutor que dizia ter sido da PIDE”. Ainda consta nos arquivos da polícia um pedido de Aguiar em 1972 para adquirir a propriedade da revista *Volante*. A autorização é concedida, embora o nome deste homem seja agora mais perigoso.

Terá regressado à polícia nos anos 1960. Em 1970, Luís Filipe Aguiar e mais dois agentes são réus no Caso Matesa, em Espanha, que envolve fuga de capitais e embaraça a Opus Dei nos dois países. Em 20 de Maio de 1970, num deslize da censura, os nomes dos agentes são mesmo publicados no *Diário de Notícias* e no *Diário de Lisboa* (LFA é então referenciado como Filipe Baptista Aguiar), fazendo eco do que o *ABC* publica no país vizinho no mesmo dia. Um ano e meio depois, quando o tribunal espanhol indulta com escândalo o pagamento das multas já decre-

tadas, faz questão de sublinhar que o indulto não se estende aos dez homens que foram condenados à revelia e não compareceram nas sessões. Aguiar é condenado ao pagamento de uma multa de 24 milhões de pesetas e a um ano de prisão, segundo o *ABC* de 26 de Dezembro de 1971. Desaparece de circulação e terá sido afastado da polícia política nessa altura, já com o posto de chefe de brigada, segundo um documento do Ministério da Administração Interna de 1975.

“Um dia, depois da revolução de Abril de 1974, telefonaram para *A Bola* à minha procura”, lembra Jorge Schnitzer. “Convocaram-me para ser ouvido na Comissão de Extinção da PIDE e da Legião. Fui inquirido por um oficial guedelhudo que queria saber uma única coisa: se eu confirmava que Luís Filipe Aguiar era o “Sirius”. Lembrome de ripostar e dizer que os informadores da PIDE não andavam com letreiros como os Irmãos Metralha. O meu interlocutor insistiu. Achei aquilo sórdido: eu sou jornalista, só lido com factos, não com suposições ou estados de alma. Se eu confirmasse algo que não sabia, estaria a ser igual aos ‘bufos’ do antigo regime. Recusei-me a assinar o papel que o guedelhudo me pôs à frente”. Um episódio semelhante ocorreu com João Paulo Guerra.

Em 1 de Setembro de 1982, a Comissão de Extinção, no seu relatório final, não teve, porém, dúvidas e considerou provada a identificação no processo n.º 4718, embora considerasse Luís Filipe Aguiar, como tantos outros casos idênticos, “em condições de não ser prejudicado tanto na obtenção dos meios necessários à sua subsistência como no reconhecimento de eventuais direitos adquiridos em matéria de aposentação”.

Segundo informações familiares, Luís Filipe Aguiar faleceu em 2006, na Lourinhã.

É URGENTE DEBATER O PAPEL DO ESTADO

Leonor Ferreira * Texto e João Miguel Rodrigues Foto

Debater o papel do Estado na comunicação social, nomeadamente o financiamento público, é imperioso e urgente, num cenário de crise acentuada e prolongada no setor. No final do ano passado, o presidente da República lançou o repto para se debater o financiamento público da Comunicação Social, considerando que o risco de definhamento do Jornalismo é um assunto de "emergência nacional", em nome da preservação de uma sociedade democrática.

O Sindicato dos Jornalistas não tem uma posição fechada sobre este assunto, mas considera fundamental que o debate se faça quanto antes. Em Portugal, a concentração dos média é, em si mesma, um fator que contribui para a redução do pluralismo. A par desta circunstância, assistimos, nos últimos anos, ao surgimento de estrangulamentos decorrentes, entre outros fatores, da quebra das vendas no papel, no caso dos jornais, e das audiências, nos casos da televisão e da rádio, assim como da redução das receitas publicitárias tradicionais, às quais se junta a concorrência das redes sociais. O relatório do Instituto Reuters 2018 estima que esta situação se estenda no tempo e que nem mesmo a migração do papel para o digital garantirá alívio financeiro.

Tem sido recorrente as empresas optarem, como medida compensatória de perdas financeiras, pelo sis-

temático esvaziamento de redações ou pela substituição de jornalistas seniores por profissionais mais jovens, com salários mais baixos e vínculos laborais frágeis, abrindo caminho ao aumento da precariedade e ao comprometimento da qualidade da informação.

Na maior parte dos países europeus, o financiamento público da Comunicação Social é dirigido, em grande parte, aos órgãos de informação públicos, como em Portugal. Mas há também casos, por exemplo França e Finlândia, que financiam direta ou indiretamente as empresas de comunicação privadas com verbas destinadas a aliviar os custos de produção/distribuição e através da redução do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) na venda de jornais, nas assinaturas, publicidade e impressão, e

na redução das taxas do serviço postal e das telecomunicações. Na Suíça, discute-se o modelo de subsídios à Imprensa equacionando-se a isenção das taxas de assinaturas pagas, para incentivar os leitores a subscreverem títulos.

A nível nacional, são poucos os incentivos dados pelo Estado aos média. O que existe está essencialmente direcionado para a Comunicação Social regional e para a sua modernização, ou seja, para o digital. A partir de julho, os jornais e outras publicações online vão passar a ter IVA de 6%, tal como já acontece com as publicações em papel.

A plataforma dos média privados tem vindo a reivindicar mais apoios indiretos, chamando a atenção para a "desigualdade entre o financiamento dos média privados e o operador



OPINIÃO

Vamos lá falar sobre isto

Sofia Branco *

público (RTP)", contestando a "desigualdade no cumprimento de obrigações fiscais entre empresas portuguesas e operadores internacionais de plataformas, motores de busca, redes e canais temáticos (que conseguem escapar à tributação nacional)" e ainda defendendo a criação de incentivos ao consumo regular de publicações e à atribuição de benefícios idênticos aos do setor social para iniciativas editoriais".

Os apoios indiretos podem também ser pensados pela perspetiva dos consumidores, através de medidas como a possibilidade de os cidadãos jovens poderem ter uma subscrição paga de um jornal à escolha, a apresentação em sede de IRS de despesas relativas à compra de jornais, revistas e assinaturas digitais. Neste contexto, o Estado poderia ainda introduzir nos currículos escolares a disciplina de Literacia Mediática, como forma de criar hábitos de leitura de notícias, independentemente do suporte em que são apresentadas.

Uma Comunicação Social forte, livre e plural é um pilar fundamental da democracia. É através dela que se escrutina o poder e se dá a conhecer a realidade aos cidadãos, pelo que a Informação é um bem público e, estando ela em risco por falência dos modelos de negócio atuais, é fundamental debater se o Estado deve ou não financiar o setor e, sobretudo, debater as formas de o fazer sem comprometer a sua independência. ■

* Vice-presidente da Direção do Sindicato dos Jornalistas

“**A** té que ponto o Estado não tem a obrigação de intervir [na comunicação social]?” - a pergunta do Presidente da República incomodou alguns e agradou a outros dos presentes na cerimónia de entrega dos Prémios Gazeta, a 27 de novembro de 2018.

Marcelo Rebelo de Sousa confessou que, no passado, rejeitou liminarmente essa hipótese. Mas isso foi antes de se verificar uma "situação de emergência" na Comunicação Social portuguesa, que se afigura "um problema democrático e de regime".

O presidente não concretizou muito, mas deixou no ar a hipótese de uma "intervenção transversal, a nível parlamentar, que correspondesse a um acordo de regime" e de um contributo para "encontrar decisões ou medidas que minimizem este tipo de crise".

O papel do Estado na comunicação social tem sido um tema tabu em Portugal, mas a verdade é que o setor nunca esteve tão frágil e tempos excecionais exigem medidas excecionais.

Há muitas formas de apoio, que não passam, necessariamente, por um financiamento direto ao setor. Eis algumas hipóteses, lançadas aqui para debate e não enquanto propostas definitivas:

- a) menos impostos e mais incentivos ou benefícios fiscais para as empresas de comunicação;
- b) oferta de subscrições pagas aos cidadãos (em França, desde 2009 que o Estado oferece aos jovens entre os 18 e os 24 anos, gratuitamente, a possibilidade de terem uma subscrição paga, num jornal à escolha);
- c) compra de jornais e assinaturas digitais por todas as instituições públicas, nomeadamente escolas;
- d) criação de bolsas de apoio a jornalistas;
- e) investimento em programas de literacia mediática (o Estado português já está a fazê-lo, através de uma parceria entre os ministérios da Educação e da Cultura, o Sindicato dos Jornalistas e o Cenjor, para formar uma centena de professores).

O jornalismo é um bem público, independentemente de ser prestado por públicos ou por privados, e as políticas públicas para os media não podem ignorar as dificuldades de sobrevivência das empresas de comunicação e o crescente desemprego entre os jornalistas, bem como os salários indignos e os vínculos precários destes profissionais treinados para reforçarem a capacidade de lermos o mundo que nos rodeia, para tomarmos decisões conscientes e esclarecidas. ■

* Presidente da Direção do Sindicato dos Jornalistas



No melhor pano caem *fake news*

Claas Relotius, multipremiado repórter do Der Spiegel, é o rosto da mais recente fraude jornalística de grande dimensão. A prestigiada revista alemã sofreu um abalo telúrico. Prova de que até no melhor pano podem cair nódoas.

Quatro vezes distinguido com o grande prémio de Jornalismo alemão; nomeado jornalista do ano pela CNN; um dos mais destacados membros da redação do *Der Spiegel*: protagonista de uma das maiores fraudes jornalísticas de que há memória, Claas Relotius, de 33 anos, caiu em pouco tempo do pedestal. Forçado a demitir-se, o seu caso pôs a nu as fragilidades do controlo interno exercido pela publicação. E forneceu pretextos à Extrema-Direita germânica para atacar a Imprensa tradicional, afinal tão vulnerável a *fake news*.

Ninguém ousaria suspeitar que seria capaz de inventar reportagens. Apresentava excelentes histórias – “caramelos demasiado doces”, como lhes chamou o *El País*, para que algum responsável editorial lhe fizesse perguntas. O embuste do jornalista a cujos artigos (todos, por via das dúvidas) é hoje anexada uma nota advertindo para a eventualidade de serem fictícios passou ao lado da equipa de 60 pessoas dedicadas à verificação de informações.

Um par de indícios poderia ter, pelo menos, causado estranheza. A *Der Spiegel* revelou-os na edição de 22 de dezembro passado, em que dedicou 23 páginas ao mais profundo golpe de sempre na sua credibilidade: Relotius chegou a pedir que as suas reportagens não fossem traduzidas para inglês na edição internacional e que a plataforma online não exibisse a versão impressa. Acabou desmascarado por Juan Moreno, freelancer de origem espanhola que se desunhou para reunir provas

insofismáveis da conduta do repórter.

Relotius não forjou apenas factos e acontecimentos. Em dezenas de artigos, agora submetidos ao crivo de uma comissão interna de investigação constituída por jornalistas veteranos, incluiu entrevistas a pessoas com quem nunca falou e descreveu lugares que nunca visitou. Quando Moreno detetou incongruências na reportagem “A fronteira de Jaeger”, caiu em saco roto a sua denúncia ao departamento



de *factchecking*. Quando descobriu na Imprensa norte-americana um artigo muito semelhante, o editor de Sociedade fez orelhas moucas. Apesar dos riscos que corria, sendo apenas colaborador da revista, não desistiu. Numa viagem de trabalho aos Estados Unidos, puxou o fio à meada. Confirmou, na remota cidade de Foley, que vários cidadãos supostamente entrevistados por Relotius nem sequer o conheciam. De regresso à Alemanha, juntou outras peças: depoimentos falsos, textos manipulados, protagonistas de artigos que apenas viveram na imaginação do desonesto jornalista.

“Temos de reconhecer que falhámos de forma considerável”, disse o diretor da *Der Spiegel*, Steffen Klusmann, após a confissão de Relotius. Conseguiu,

afirmou Klusmann, anular todos os mecanismos de garantia de qualidade em vigor na empresa, mas teve de demitir-se e devolver os prémios. É ainda suspeito de se ter apropriado de dinheiro pedido aos leitores, alegadamente para entregar a vítimas que surgiam nas suas reportagens.

O embaixador dos Estados Unidos em Berlim aproveitou o caso para descredibilizar a revista, acusada de antiamericanismo. Richard Grenell

usou uma reportagem de Relotius que descreve a pequena cidade de Fergus Falls, no Minnesota, como território pejado de votantes em Trump. Em 7300 palavras, segundo dois habitantes que verificaram cada uma delas, só dados básicos como população e temperatura média eram verdadeiros; o resto não passava de ficção. A bronca

foi tal que o *Der Spiegel* encarregou o correspondente em Washington de refazer a história e apresentar desculpas.

Não é a primeira vez que uma publicação de prestígio se debate com uma situação desta natureza. Em 2003, descobriu-se que Jayson Blair, jovem jornalista do *New York Times*, plagiou textos, inventou citações e distorceu informações durante anos. O director do jornal, que se retratou publicamente, demitiu-se. Obrigado a repensar mecanismos de controlo da produção jornalística e de prestação de contas ao público, o NYT generalizou a exigência de revelação da identidade de fontes sigilosas a editores de topo, aumentou o número de *factcheckers* e instituiu a figura do provedor do leitor. Curiosamente, já extinguiu o cargo. ■

Portugal melhor no ranking da liberdade de Imprensa

Uma subida de quatro lugares permitiu a Portugal alcançar, em 2018, a melhor posição de sempre na classificação mundial da Liberdade de Imprensa, elaborada pelos Repórteres Sem Fronteiras (RSF): ascendeu ao 14.º lugar, à frente de países como a Alemanha, Canadá, Grã-Bretanha, Estados Unidos ou Austrália.

“Apesar da falta de recursos e de uma precariedade crescente, os jornalistas portugueses exercem sua profissão numa atmosfera cada vez mais apaziguada”, assinala a organização, sublinhando a persistência da criminalização da injúria e da difamação, apesar das condenações do país no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, por atentado à liberdade de expressão. “O mundo do futebol, dirigentes e torcedores incluídos, mantém sua atitude grosseira com relação aos meios de comunicação”, conclui a RSF, ao comentar a situação em Portugal, globalmente considerada boa.

De acordo com o ranking, disponível em <https://rsf.org/pt>, a Noruega conserva a liderança e a Suécia o 2.º lugar, enquanto a Holanda passou de 5.º para 3.º. Entre 180 países, Turquemenistão, Eritreia e Coreia do Sul continuam a ocupar as últimas posições. O índice da RSF avalia a performance geral dos países em termos de liberdade de imprensa, através de um questionário preenchido por especialistas da área.

Grã-Bretanha admite apoio público aos média

Sem apoio financeiro público, o jornalismo local corre, na Grã-Bretanha, o risco de desaparecer. É esta a principal conclusão de um relatório

independente sobre o futuro dos média no país. A equipa autora do relatório, nomeada em 2018 para investigar formas de assegurar a manutenção de jornalismo de alta qualidade, chama a atenção para o impacto da crise da indústria, capaz de constituir, a longo prazo, uma ameaça à sustentabilidade da democracia.

Perante um cenário de endividamento das empresas, redução de investimentos e despedimento de jornalistas, o relatório sugere uma investigação pública ao domínio exercido pelos gigantes Facebook e Google no mercado de publicidade online. Além do financiamento direto com fundos públicos – medida que a concretizar-se será inédita na Grã-Bretanha – propõe um conjunto de medidas, incluindo de natureza fiscal, como a eliminação da taxa de IVA de 20% aplicada à subscrição de notícias em plataformas digitais.

“Dada a evidência de uma falha de mercado no fornecimento de notícias de interesse público, a intervenção pública pode ser o único remédio”, admitiu a economista e professora universitária Dame Frances Cairncross, líder do grupo que produziu o relatório. “As histórias que as pessoas querem ler nem sempre são aquelas que deveriam ler para garantir que uma democracia possa responsabilizar devidamente os servidores públicos”, acrescentou.

RETIFICAÇÃO

A nota 8 à entrevista a Luís Filipe Costa, inserida na página 25 da última edição da JJ, continha um erro, que deve ser reparado: a designação da ANI, remota antecessora da Agência Lusa, adquirida pelo Estado em finais de 1974 e extinta no ano seguinte, era Agência de Notícias e de Informações e não Agência Noticiosa de Informação. Pelo lapso, apresentamos desculpas aos leitores.

Miriam Alves ganha Prémio Apifarma

A reportagem “O mal-entendido: as doenças a que chamamos cancro”, de Miriam Alves, conquistou o “Prémio Apifarma/ Clube de Jornalistas – Jornalismo em Saúde”, iniciativa de Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, com gestão e organização do Clube. O trabalho, que conforme o regulamento também vence na categoria Televisão, contou com imagem de Rogério Esteves, edição de imagem de Rui Berton, grafismo de Paulo Alves e Rui Aranha e produção de Diana Matias.

Na terceira edição do prémio, relativa a 2018, Sara Sá e Luísa Oliveira (*Visão*), foram premiadas na categoria Imprensa, pela reportagem “Quando a comida ataca”. Na rádio, venceu “Renascidos do Cancro”, de Cristina Lai Men (TSF), com sonoplastia de Luís Borges, e em Jornalismo Digital “O Círculo da Dor”, de João Carlos Malta (Rádio Renascença), com vídeo e fotografia de Joana Bourgard.

O júri, que decidiu não atribuir o prémio “Universitário Revelação”, distinguiu com uma menção honrosa a reportagem de Catarina Marques (SIC) “E de nós, quem cuida?”, com imagem de Humberto Candeias, edição de Imagem de Rui Félix, produção de Cláudia Araújo, grafismo de Rui Aranha e coordenação de Luís Marçal.

Cesário Borga, dirigente do Clube de Jornalistas, Carlos Lobato, em representação da Casa de Imprensa, António Borga, na qualidade de personalidade de mérito no Jornalismo, o enfermeiro António Santos, da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Hospital, e o médico Jorge Penedo, personalidade de mérito na Saúde, constituíram o júri. ■



www.cjr.org/the_new_gatekeepers/new-zealand-shooting-christchurch.php

Christchurch: como escrever sobre o ódio



A discussão não é nova, mas resurgiu com especial acuidade, em Março, quando foram atacadas as mesquitas em Christchurch, na Nova Zelândia, e morreram 49 muçulmanos. O atirador, de Extrema-Direita, tinha uma estratégia de média bem montada. Deixou um manifesto e clips de vídeo espalhados pelas redes sociais e decidiu transmitir o ataque no Facebook Live.

Os jornalistas e uma variedade de analistas da área da comunicação envolveram-se na habitual discussão sobre o que publicar sobre o assunto e como. O que fazer para, de forma responsável, evitar a propagação de ações e ideologias assentes no ódio. Houve desde logo um consenso em torno da ideia de que não era aceitável a publicação integral do vídeo do massacre. Mesmo assim, vários sites não resistiram a publicar excertos editados do vídeo e foram muito criticados por isso (www.pressgazette.co.uk/mosque-massacre-terror-attack-videos-still-available-on-social-media-as-media-face-criticism-over-coverage).

Mas também o manifesto deixado pelo assassino motivou apelos à imprensa para que fosse cautelosa. Sociólogos que estudam a forma como a informação se propaga online pediram aos jornalistas que não citassem o documento. Alegaram que a publicitação de motivações pode gerar um efeito de imitação, sobretudo quando potenciais imitadores pressentem que poderão ter o mesmo grau de atenção pública.

Neste texto de Mathew Ingram para a *Columbia Journalism Review*, é citado o exemplo dos “incels”, uma

subcultura online maioritariamente formada por homens brancos que não conseguem arranjar parceira e que acabam a participar em fóruns de discussão dominados por discursos de ressentimento, misoginia e racismo. Os “incels”, ou “celibatários involuntários”, estão associados aos supremacistas americanos e eram desconhecidos até ao momento em que os media incluíram o termo “incel” na cobertura de um ataque em Toronto. A expressão popularizou-se e, a partir daí, qualquer homem desiludido pôde começar a “googlar” a palavra “incel”, entrando facilmente num mundo potencialmente perigoso.

Então o que fazer? Não se escreve sobre os “incels”? A questão é, obviamente, complexa. Desde logo por uma razão ética, mas também porque há a sensação, atualmente, de se estar a tentar tapar o sol com a peneira. É que se não cabe à imprensa, bem pelo contrário, espalhar gasolina nas fogueiras, também é certo que os média já não são os *gatekeepers*, já não controlam o que é publicado, partilhado e repartilhado. Os discursos incendiários continuam a encontrar os seus caminhos, mesmo quando esbarram em murros erguidos pelos média *mainstream*. No caso do atacante de Christchurch, tão rapidamente quanto as suas publicações iam sendo retiradas das plataformas, depois do massacre, logo iam aparecendo cópias que continuavam a ser partilhadas. O massacre na Nova Zelândia colocou o fenómeno da propagação de discursos de ódio nas redes sociais num novo patamar de importância. ■

Jornalismo de soluções

“**T**emos de encontrar uma nova forma de Jornalismo para a era dos likes”. Esta ideia foi expressa por Jonathan Paterson, da BBC, num encontro, no Reino Unido, em Março, sobre Jornalismo de Soluções. Paterson mostrou, durante a sua intervenção, alguns exemplos do modo como a cadeia britânica está a procurar, nalgumas histórias, mudar o “quadro mental” dos jornalistas, levando-os a focarem-se mais nas soluções e não tanto nos problemas. Não significa esquecer os problemas, mas falar deles pondo a tónica nas soluções. Um dos exemplos apresentados por Paterson foi uma história sobre um serviço comunitário de táxis colocado ao serviço da população para compensar os cortes de autocarros, durante a austeridade. Falou-se do problema (os cortes nas carreiras), mas pondo o foco na solução (os táxis comunitários).

A BBC não é um caso único. Vários projetos de Jornalismo de Soluções têm sido implementados, quer na sua formulação mais simples de “Jornalismo Positivo”, orientado para as “boas notícias”, quer noutras declinações mais complexas. E, em particular no Reino Unido, há vários casos de sucesso. O site de notícias positivas *Hull Is This*, lançado por Jerome Whittingham na sequência da onda de otimismo que se gerou a seguir

a Hull Capital da Cultura 2017, é hoje uma referência para outros projetos online que surgem na cidade. E a *Positive News*,

de Sean Dagan Wood, existe há 15 anos em formatos digital e papel, levou tempo a encontrar a forma certa de se apresentar, mas está agora a saborear um crescimento sustentado de audiências. A *Positive News*, cujo “target” é aquele público que evita as notícias que lhe criam um mau *mood*, duplicou as suas vendas em papel e as visitas ao site aumentaram 60%.

Em França, há o caso do *Nice Matin*, um jornal da região de Nice que tem uma redação de 180 jornalistas e que publica uma média de 600 artigos por dia. O *Nice Matin* tem uma pequena equipa de Jornalismo de Soluções, formada por quatro jornalistas, que é responsável, entre outros formatos, pelo *#MonJournal*. No *#MonJournal*, os tópicos a tratar são lançados no Facebook Live, são escolhidos juntamente com os leitores, e depois, para cada tópico, são produzidos dez a 15 artigos, alguns em cooperação com os leitores. Finalmente, os artigos são debatidos com os leitores. Este projeto, que, por exemplo, nos ataques terroristas de Paris, pensou mais em focar-se em como se reconstruam as partes da cidade atacadas do que nos ataques propriamente ditos, conseguiu dez mil subscritores em três anos. ■

Para defender os jornalistas

Onze organizações de notícias internacionais que, juntas, chegam a mil milhões de pessoas, uniram-se na One Free Press Coalition, para defender os jornalistas que estão sob ameaça. Os títulos aderentes comprometem-se a publicar, no primeiro dia de cada mês, uma lista com os dez casos mais urgentes de jornalistas cujos direitos estão ameaçados e/ou a precisarem de apoio judicial. *Financial Times*, Reuters e Associated Press estão entre os membros fundadores, tendo-se, entretanto, juntado também a *Time* e o *Süddeutsche Zeitung*, entre outros. ■





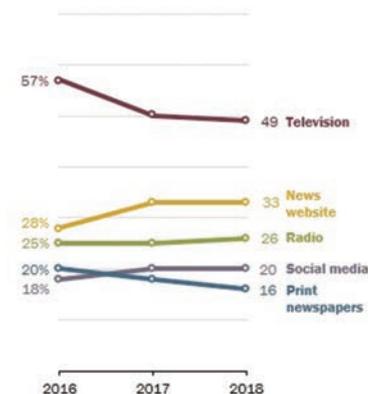
www.pewresearch.org/fact-tank/2018/12/10/social-media-outpaces-print-newspapers-in-the-u-s-as-a-news-source

A LENTA COMBUSTÃO DO PAPEL

Aconteceu pela primeira vez, desde que o *Pew Research Center* faz este tipo de inquéritos. No final de 2018, já havia mais norte-americanos a informarem-se pelas redes sociais do que pelos jornais impressos. Apenas 16% responderam que leem as notícias preferencialmente em papel. 20% disseram que o fazem nas redes sociais. A maior parte (49%), continua a recorrer à televisão para se informar, mas essa percentagem era, há dois anos, muito maior (57%). E o número combinado de norte-americanos (43%) que consomem notícias preferencialmente na Net, considerando as redes sociais e os sites de notícias, confirma a tendência de aproximação ao daqueles que o fazem pela TV. Outro dado interessante do inquérito é que as pessoas acima dos 50 anos, e sobretudo acima dos 65, são as que mais consomem televisão e jornais. Entre os mais jovens, é a Net que domina. **JJ**

More Americans get news often from social media than print newspapers

% of U.S. adults who get news often on each platform

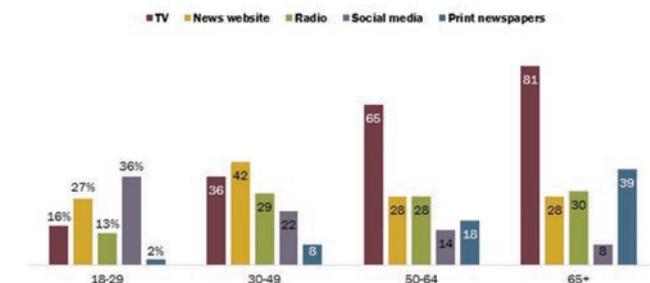


Note: The difference between social media and print newspapers in 2017 was not statistically significant. Source: Survey conducted July 30-Aug. 12, 2018.

PEW RESEARCH CENTER

Television dominates as a news source for older Americans

% of each age group who often get news on each platform



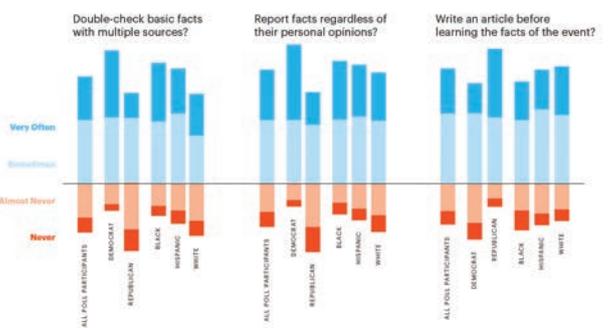
Source: Survey of U.S. adults conducted July 30-Aug. 12, 2018.

PEW RESEARCH CENTER



Columbia Journalism Review.

How often do you think reporters...



Columbia Journalism Review.

www.cjr.org/special_report/how-does-journalism-happen-poll.php

CUIDADO COM OS JORNALISTAS

Um inquérito da Reuters/Ipsos para a *Columbia Journalism Review* mostra que, hoje, a confiança nos jornalistas, nos EUA, anda pela rua da amargura. A imprensa é a instituição em que menos gente confia, depois do Governo, do Congresso, dos tribunais e de todas as outras. Os dados são arrasadores: poucos acreditam que os jornalistas fazem verificação de factos e cruzamento de informações com regularidade; muitos acham que os jornalistas misturam os factos e as suas opiniões pessoais; e a maioria entende que os jornalistas, de um modo geral, escrevem sem antes terem apreendido bem os factos. Bem mais de metade, 60%, acreditam até que os repórteres são pagos frequentemente pelas suas fontes. A desconfiança alarga-se a quem gere a imprensa. A maioria considera que os média estão mais interessados em fazer dinheiro do que em dizer a verdade. Percebe-se também, neste estudo da Reuters/Ipsos, que os democratas não brancos tendem a confiar mais nos média do que os republicanos brancos. Os menos instruídos e que vivem em zonas suburbanas ou rurais confiam, em geral, menos do que os urbanos e escolarizados. E as mulheres também acreditam menos do que os homens naquilo que leem, ouvem e veem. **JJ**

Ética no Jornalismo Robô

Utilizar inteligência artificial para escrever notícias tornou-se rotina. Algoritmos transformam dados em histórias num ápice e até histórias em apresentações multimídia. Eles são utilizados, na maioria dos casos, em situações muito específicas, no desporto e no tratamento de informação financeira, de empresas ou de mercados acionistas. A Associated Press é quem mais recorre ao “jornalismo robô”, nos EUA, mas o *Washington Post*, por exemplo, também tem um sistema, no caso um Heliograf.

Num artigo na *Ethical Journalism Network*, um antigo editor da *Associated Press*, Thomas Kent, levanta um conjunto de questões éticas que devem ser tidas em conta, neste tipo de Jornalismo. Os dados em que os sistemas se baseiam são fidedignos? É feita uma utilização legal dos dados? E que dados o sistema vai destacar na notícia que gera automaticamente? São também colocadas questões relativas à necessidade de intervenção humana nalgumas histórias, de desligar o

robô para introduzir contexto, quando ele for necessário, ou para corrigir os dados quando eles mudam repentinamente.

Um sistema que funcione mal produz notícias errôneas que se espalham muito rapidamente. Por isso Thomas Kent alerta para a necessidade de verificação contínua das escolhas do algoritmo.

É preciso testar e voltar a testar os sistemas. Na Associated Press, por exemplo, foi ensaiado um software introduzindo-lhe o Livro do Génesis e o algoritmo, na síntese que fez, deixou de fora o Jardim do Éden...

Kent é favorável à utilização de algoritmos no Jornalismo, mas defende que se salvguarde sempre a questão ética.

Até para que se possa responder pelas histórias que são publicadas. Como Kent coloca o problema: “se uma história produzida por um robô for questionada, o jornalista tem como defender essa história? Ou vai simplesmente dizer: infelizmente foi o robô que se enganou?”





Morte aos traidores!

MIGUEL MARUJO

Matéria-Prima, 2018

Paulo Martins

De uma determinação de agenda – “um acaso editorial”, chama-lhe o autor – brotou um projeto editorial mais ambicioso, vertido em livro. Assumir a cobertura de partido extraparlamentares em campanhas eleitorais é uma tarefa que só pode ser encarada pelos jornalistas de duas formas: como castigo (calhou-me a fava...) ou como desafio. Em 2015, Miguel Marujo escolheu o segundo caminho. Pejado de escolhos, já se deixa ver, porque partidos como o MRPP não têm habitualmente agenda regular, nem nessas ocasiões. E o velho “Luta Popular”, agora modernizado com cores internéticas, é fonte curta para tal efeito.

Neste contexto difícil se movimentou o “verme da caneta”, o “paranoico Marujo”, meio divertido com os epítetos saídos dos rancores de Arnaldo Matos. Era mais do que expectável que o “grande educador da classe operária”, recentemente falecido, mantivesse a sua coerência, não aceitando a mais pequena colaboração com o “bardamerda de jornalista semianalfabeto”, mas mesmo assim ele meteu mãos à obra.

Para uma certa geração – ou para quem se interessa por História Contemporânea – este livro pode não trazer muitas novidades. Não perde por isso a validade de registo, a que não escapa nenhum dos principais momentos da vida do PCTP/MRPP. Vale, em especial, pelo depoimento de um dos fundadores, Fernando Rosas, descomplexado pelo tempo, mas não oxidado pelo divórcio entretanto ocorrido, incluindo nos comentários que tece sobre a “seita” e o “guru” Arnaldo Matos. Vale, também, pela diversidade de fontes, que ajudam a



compreender o percurso do que o autor qualifica – é um ponto de vista – como “o mais controverso partido português”.

Assim são identificados os traços característicos do MRPP. Um funcionamento *sui generis*, que em pleno marcelismo deixa atarantados os agentes da polícia política, habituados aos códigos do PCP clandestino. O hábil aproveitamento da imagem do “mártir” Ribeiro Santos, assassinado pela PIDE-DGS em 1972. O olhar de soslaio para a madrugada libertadora de Abril, um erro de leitura política de palmatória, que até leva os militantes a manterem os nomes da clandestinidade. A “marcação à zona” do “social-fascista” partido liderado pelo “biltre Barreirinhas Cunhal”. As aproximações ao PS, graças ao inimigo comum. O apoio, de braço dado com a Direita e os socialistas, à candidatura presidencial de Ramalho Eanes, apresentada como “democrática e patriótica”. As “linhas” vermelha e negra. Os “renegados”. E, claro, o polémico slogan “Morte aos traidores!”, que já não faz sorrir ninguém.

Passam pela obra de Miguel Marujo momentos exaltantes, mas

também histórias pouco edificantes, como sequestros e espancamentos de adversários políticos – Coelho dos Santos e Marcelino da Mata – ou o homicídio de Alexandrino de Sousa, um jovem membro do MRPP, supostamente às mãos de um grupo de militantes da rival UDP. O “assassinato mais esquecido da história da democracia”, como o caracteriza Luís Osório, merecia – ainda merece – tratamento mais aprofundado. Não para tardios ajustes de contas, mas para honrar a memória do outro mártir do partido.

Como não podia deixar de ser, a rutura entre Arnaldo Matos e Garcia Pereira é desenvolvida, sobretudo a partir da violenta troca de acusações no órgão oficial do partido. Trata-se, de facto, de uma luta fratricida, tanto mais que “Espártaco” é padrinho de “Mário”. Rebentou em 2015, mas as suas raízes são anteriores. E arrisca-se, agora que o fundador desapareceu, a representar o toque a finados do MRPP, que nas urnas sempre revelou escassa implantação.

O que fica de herança? Ficam dezenas de militantes que deram o peito às balas e passaram pela prisão, incluindo após a Revolução de 1974. Uns cortaram amarras, outros não. Já não vestem a pele de “meninos rabinos [que] pintam paredes”, mas muitos ainda andam por aí: Durão Barroso, Diana Andringa, Teresa de Sousa, Ana Gomes, Maria João Rodrigues, Vítor Ramalho, Maria José Morgado, Agostinho Branquinho, José Lamego, João Araújo. Serão portadores de um legado que habitualmente se associa ao MRPP e a outros partidos da chamada Extrema-Esquerda. Este obra também lhe faz referência: “o valor das disciplina, da organização e da eficácia, uma grande capacidade de resistência a situações adversas, a grande disciplina, quer de pensamento quer de ação, e um grande respeito por situações difíceis da vida das pessoas”.

Big Mal & Companhia

GONÇALO PEREIRA ROSA

Planeta, 2018

Paulo Martins

Não tome o leitor a nuvem por Juno, descobrindo no título desta obra – e sobretudo no subtítulo, “A histórica época de 1981-1982 em que o Sporting de Malcolm Allison conquistou a Taça e o Campeonato” – propósitos apologéticos. O autor é sportinguista assumido, mas o método, a minúcia e o rigor da investigação fechariam a porta à entrada da mais subtil parcialidade, se ela porventura se manifestasse.

O método, a minúcia e o rigor, armas na circunstância tão letais como os remates de Jordão, poderiam servir tanto um registo histórico como jornalístico. Porque cerca de 30 depoimentos – de futebolistas, dirigentes e jornalistas – e dezenas de notícias, reportagens e entrevistas proporcionaram o cruzamento de versões, testaram a resistência de memórias com quase quatro décadas, filtraram testemunhos veiculados nos média.

O Allison que Gonçalo Pereira Rosa apresenta não é, assim, um herói sem mácula; é apenas um homem. Um *bon vivant*? Talvez. Um entertainer, com toda a lição estudada para tirar partido do mediatismo? Certamente. E um profissional disruptivo, como hoje se diria, mas que, pelo menos nessa temporada, apresentou resultados. Centrando-se nele, o livro é também sobre Jornalismo. Ou melhor: sobre o Jornalismo que então se praticava num campo tão específico como o do desporto.

Sim, os tempos eram outros. Para quem não os viveu, vale a pena lembrar que a televisão não tinha nem um décimo do peso (do poder) que detém. No início do ano de 1982, ocorreu a primeira transmissão televisiva em direto de um jogo de futebol. A RTP, canal



único, meteu os pés pelas mãos: não interrompendo o popular programa “Topo Gigio”, as imagens só chegaram aos ecrãs ao 13.º minuto do encontro, com comentários de Nuno Brás, que se fizera relator na rádio.

Pressões e proibições encontravam réplica no meio. Em resposta ao impedimento de acesso do jornalista Gabriel Alves ao estádio de Alvalade, a RTP reteve as imagens de um Sporting - FC Porto captadas para emitir um resumo alargado. Quando o clube convidou Daniel Reis a comparecer na inauguração de uma obra evocativa das proezas de Carlos Lopes, o subchefe de redação da *Gazeta dos Desportos* fez saber que só aceitaria se fosse levantado o “castigo” aplicado aos jornalistas do trisemanário, que enfrentavam portas fechadas.

Nos idos de 1980, eram comum a recolha de declarações dos jogadores em pleno balneário ou em autocarros das equipas. Se não propiciava promiscuidades, tal prática era geradora de “códigos de cumplicidade”, como reconhece João Marcelino, então no *Record*. Allison deixou de permitir tão próximo contacto, mas nunca impediu entrevistas a qualquer

jogador, possibilidade que hoje é fortemente limitada. É verdade que também nunca se autocensurou: como reconheceu publicamente, não se ensaiava de dar respostas estúpidas... a perguntas estúpidas.

Deliciosas tiradas de João Alves da Costa ou de Neves de Sousa percorrem as páginas deste livro. Pequenas vinganças também. Numa ocasião, para irritar o Sporting, o treinador José Maria Pedroto decidiu não entregar antes do jogo a constituição da equipa do FC Porto. Neves de Sousa deixou o ferrete na sua crónica no *Diário de Lisboa*: “Atuaram 13 profissionais numerados de 1 a 11, mais o 15 e o 16. O 15 foi para o hospital e o 6 viu o cartão amarelo”.

A evocação de práticas jornalísticas de há 40 anos presta-se, inevitavelmente, a comparações com a situação atual. E é irreprimível a tentação de perguntar se certas atitudes não caíram “em desuso”.

Alfredo Farinha, único jornalista presente no estágio na Bulgária que se revelaria fatal para o treinador inglês, tomou para si a responsabilidade de fazer “um alto à enxurrada de boatos” – palavras suas, vertidas em título. Vai daí, escreveu: “O redator de *A Bola* nunca sentiu ser seu dever e de seu direito verificar o que fazia o cidadão Malcolm Allison fora das suas horas de serviço”. É claro que não saiu da pena de Farinha nenhuma das notícias – elaboradas à distância, já se deixa ver – sobre copos, noitadas e mulheres.

Daniel Reis atrevera-se, na *Gazeta dos Desportos*, a dar por adquirida a conquista do título pelo Sporting, ainda sem suporte da “matemática”. E não hesitou em amarrar o seu destino ao do clube: comunicou à direção que, se o prognóstico prematuro falhasse, se demitiria de funções e do próprio jornal. Bem sabemos que honraria a palavra, caso Allison & Companhia não despachassem a concorrência. ■



Uma casa em Mossul

PAULO MOURA

Objectiva, Lisboa, 2018

Carla Martins

Paulo Moura está habituado a descer aos infernos. Repórter experiente em situações de guerra e de crise, do seu vasto portfólio conta-se a cobertura jornalística de conflitos em várias regiões do mundo. Em 2017, regressou ao Iraque, onde assistiu aos últimos dias do Estado Islâmico. Este é o subtítulo da sua obra mais recente, “Uma casa em Mossul”. A viagem foi possível graças à Bolsa de Exploração Nomad. Paulo Moura enaltece a generosidade e visão subjacentes a este apoio, que, a se ver, “vão assegurar a sobrevivência da reportagem séria e das grandes narrativas sobre o nosso mundo” (p. 12).

O Estado Islâmico só aparentemente surpreendeu a história, foi algo imprevisível. “O califado de Mossul ergueu-se levando simplesmente às últimas consequências o que há muito vinha sendo enunciado. Mas a sua capacidade de estranhamento reside precisamente nessa frontalidade legítima, de espelho, com que se nos impõe. Os verdadeiros jornalistas sabem que, muitas vezes, o mais familiar é o que mais custa a compreender” (p. 9).

Além do objeto que a justifica, a viagem de Paulo Moura é, ela própria, um feixe de histórias, que conta com o reconhecido talento que caracteriza a sua escrita. O relato da sua experiência prevalece sobre a abordagem analítica do fenómeno. A casa em Mossul é literal e, ao mesmo tempo, o “lugar da escrita”.

Em Mossul Ocidental, onde ainda decorriam combates para aniquilar os “jihadistas”, ficou instalado na casa de Hassan Ali, pai de Khaled, seu guia e tradutor. A casa foi construída sobre um dos maiores cemitérios do Iraque e situava-se perto do local onde

combatentes do Estado Islâmico executaram em massa e atiraram os corpos para valas comuns.

No segundo dia, foi “convidado” a dormir no exterior da casa, ao ar livre, numa cama sem colchão, com temperaturas escaldantes, junto dos cavalos, afastando as moscas, temendo os cães selvagens. Um quarto-estábulo onde mais facilmente poderia ter sido atacado, raptado, morto. Admitia que a própria família que o acolhia poderia estar a fazer contas ao seu valor, caso fosse “vendido”.

Em certos capítulos, reflete sobre a relação do Estado Islâmico com os jornalistas, uma organização inacessível a estes profissionais. Os jornalistas que tentaram entrar nas zonas por si controladas “foram presos e executados, por vezes com grande publicidade, usados como propaganda” (p. 132). Basta lembrar a força das imagens que precedem a decapitação de James Foley, em agosto de 2014. O destaque conferido à execução de jornalistas corresponde à lógica e mecanismos do sistema mediático ocidental e, por isso, a estratégia mediática em que assenta é a mais perversa.

Porventura, alguns dos conteúdos integraram a programação dos *mediapoints* do Estado Islâmico, ecrãs gigantes colocados em locais movimentados e que transmitiam vídeos de propaganda. Com proibição de acesso a meios de comunicação e à Internet, estes consistiam na “única distração permitida, encorajada e oficial” (p. 76).

As descidas aos infernos são viagens interiores que abalam as traves mestras da identidade e da estrutura de valores. São viagens

éticas. Paulo Moura confessa ter-se sentido, nalguns momentos, no limiar da humanidade e da transfiguração existencial. A condição de desigualdade e discriminação das

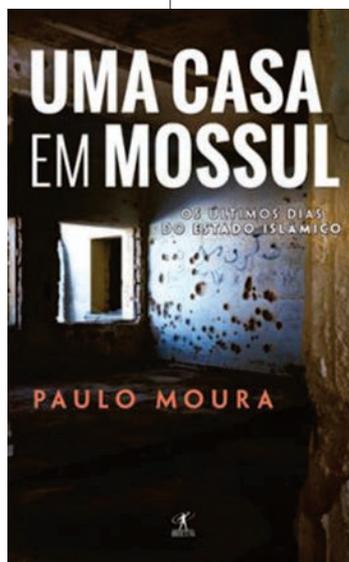
mulheres perturbou-o em vários contextos: a forma como o seu guia, um estudante universitário, tratava a mulher, planeando já um segundo casamento; a mera condescendência das famílias em relação às mulheres yazidis vítimas de escravatura sexual; o destino trágico das “viúvas” do Estado Islâmico. “As

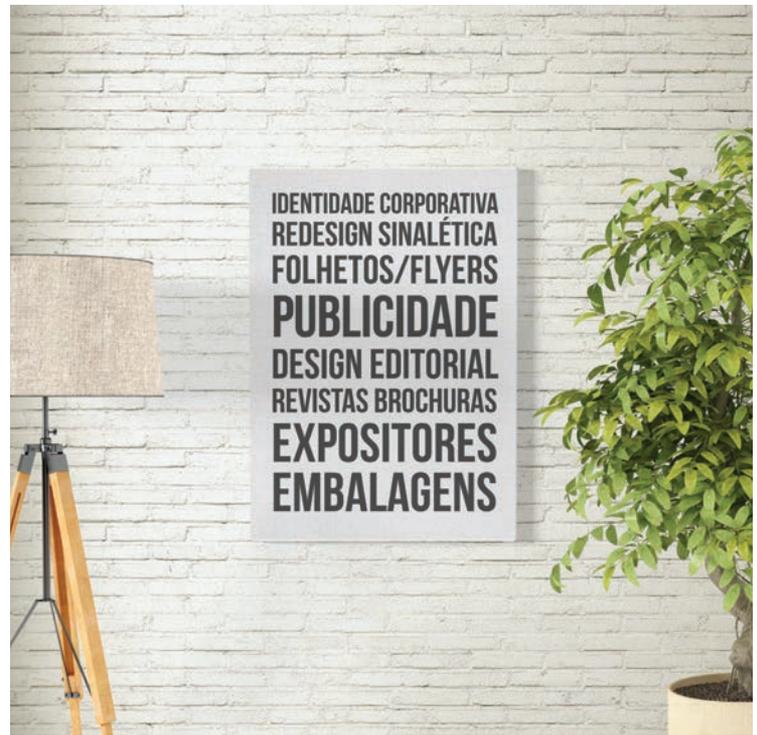
mulheres são como cavalos”, disse Hassan Ali, no seu primeiro jantar com a família, um pai que escolheu as esposas dos seus três filhos.

Paulo Moura tentou falar com um grupo de mulheres casadas com combatentes do Estado Islâmico, metidas em furgões. Mais tarde soube que foram assassinadas no caminho para campos fora de Mossul. Escreve: “O que me entristece não é o facto de ter perdido uma última declaração (...). Não, o que me incomoda é que talvez lhes tenha pressentido a morte. O que me exaspera e revolta é esse instinto brutal que, em certos momentos, nos faz desprezar aqueles que já não importam porque estão condenados” (p. 49).

Impressionou-o o relato do seu amigo André Liohn, fotógrafo brasileiro, que quase tropeçou no corpo de uma criança com cerca de três anos. “Nasceu e morreu sem ver outra coisa”. Paulo Moura reflete: “Uma vida é uma vida, e contém nela a condição humana. Tudo o que somos é o que viu aquele menino da Cidade Velha de Mossul” (pp. 56-57).

Nunca se regressa da mesma maneira do inferno. ■





iMPRESS
IMPRESSRAL CENTER UNIPessoal, LDA.

Reportagem ontem e hoje

Por **Rui Pacheco**

O chefe de redação dizia ao jornalista: "Amanhã, tu e um repórter fotográfico vão ao Porto fazer uma reportagem. Às 7 horas da manhã estará o motorista à porta das vossas casas, para os levar ao Porto. Os contactos já estão feitos pela secretária da redação". Isto era o que normalmente acontecia, mas, outras vezes, íamos pela manhã diretamente para o jornal, saíamos diretos ao Porto pela estrada velha, parávamos num restaurante para almoçar, normalmente onde os camionistas iam era sempre onde se comia bem, mais barato e a gastronomia tradicional portuguesa. Seguíamos na estrada velha, a única existente na época, onde encontrávamos pelo caminho carros puxados com bois a andarem muito lentamente, ou rebanhos de ovelhas e cabras com o pastor, e com o cão de guarda seu companheiro, a atravessarem a estrada muito devagar. Acontecia várias vezes, na ida mas também na vinda. Chegávamos ao local, normalmente já tarde e se tivéssemos tempo fazíamos a reportagem, mas se os contactos fossem de manhã, fazíamos no dia seguinte.

Habitualmente, se houvesse tempo, aproveitávamos

para fazer outros pequenos trabalhos que surgissem, ora no caminho, ora no Porto.

Aquando do regresso ao jornal, com a redação vazia, o jornalista escrevia a reportagem e o repórter de imagem dirigia-se ao laboratório para a revelação dos rolos fotográficos. Processo este demorado: lavava os negativos com água corrente e secava-os. Depois colocava-os no ampliador para a impressão no papel fotográfico. Colocava as fotos na cuvete reveladora de papel e era fascinante ver a imagem surgir lentamente até que a revelação estivesse concluída, tudo isto só era possível com o recurso a produtos químicos. O processo continuava... depois das fotografias passarem para outra cuvete com fixador, eram lavadas com água corrente para, por fim, secarem num esmaltador.

O trabalho do repórter fotográfico estava terminado. Dirigia-se à redação, onde o jornalista já tinha aviado o texto da reportagem na máquina de escrever. Juntávamos o texto e as fotos e deixávamos a reportagem na secretária do chefe para, na manhã seguinte, a paginarem.

Saíamos do jornal já noite avançada..

Hoje é diferente, embora mais simples, rápido e moderno, perdeu-se a magia poética da profissão. O chefe da redação, de manhã cedo no jornal diz ao jornalista e ao repórter fotográfico, vão fazer uma reportagem ao Porto. Estão aqui os contactos e têm que estar lá às 11h30, onde vos esperam. Chegam em três horas pela autoestrada. Acabam de fazer a reportagem e ambos vão a um café, pedem o que lhes apetece beber, ligam os computadores para enviarem a reportagem... o processo é muito diferente. Muito mudou nos dias de hoje, o jornalista e o repórter de imagem utilizam as novas tecnologias. O texto é escrito no computador e o repórter de imagem utiliza uma máquina fotográfica digital. Ambos enviam, ao mesmo tempo, o trabalho concluído via internet.

A rapidez da informação é possível devido às televisões, computadores e redes sociais. Os leitores estão mais informados e atualizados. No entanto, muitos continuam a gostar de ler o jornal ou a revista, onde os artigos são tratados com maior especificidade e profundidade. ■



Prémios Gazeta 2018

*Clube de
Jornalistas*
PRESS
CLUB

 **Santander**

galp 

Imprensa | Televisão | Rádio
Fotojornalismo | Revelação
Multimédia
Troféu Imprensa Regional
Troféu Gazeta de Mérito

O prazo limite para entrega de originais
termina a **30 de Abril de 2019**

Ver regulamento em: www.clubedejornalistas.pt

*Clube de
Jornalistas*

Clube de Jornalistas
Rua das Trinas - 127, r/c 1200-857 Lisboa
Tel. 213 965 774 | E-mail: cj@clubedejornalistas.pt
Site: www.clubedejornalistas.pt



INATEL

primavera

experiências turísticas para todos

DESTINOS

INATEL LUSO | INATEL OEIRAS
INATEL CAPARICA | INATEL ENTRE-OS-RIOS
INATEL PIÓDÃO HOTEL**** | INATEL ALBUFEIRA HOTEL***
INATEL CERVEIRA HOTEL**** | INATEL VILA RUIVA HOTEL****
INATEL SANTA MARIA DA FEIRA | INATEL S. PEDRO DO SUL HOTEL
INATEL FOZ DO ARELHO HOTEL*** | INATEL ALBUFEIRA PRAIA HOTEL***
INATEL MANTEIGAS HOTEL*** E CASA DA RODA AL
INATEL CASTELO DE VIDE JARDIM HOTEL *** E SÃO PAULO HOTEL **

DESDE
380€*
6 DIAS / 5 NOITES

RMANT nº 7534

INCLUI

autocarro de turismo | 5 noites de alojamento em regime de pensão completa (desde o jantar do 1º dia até ao pequeno-almoço do último dia) com bebidas incluídas
2 animações musicais | 4 visitas turístico-culturais | assistente de viagem | seguro de viagem

NÃO INCLUI

taxa de reserva (10€)
quaisquer serviços não mencionados

*preços para associados INATEL,
não associados, acresce 20€ por pessoa



Mais informações: Consulte a sua INATEL Local | inatel.pt | [fb/inatel.portugal](https://fb.inatel.portugal)